



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**GABRIELLA PEDROSO MACHADO**

**DECADÊNCIA IDEOLÓGICA, IDEOLOGIA E PSICOLOGIA: UMA BREVE  
INVESTIGAÇÃO NO CAMPO DA PSICOLOGIA**

**GOIÂNIA  
2021**

# UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **Gabriella Pedroso Machado**

Título do trabalho: **Decadência ideológica, ideologia e psicologia: uma breve investigação no campo da Psicologia**

**2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ x ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup> [1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.**

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Gardenia De Souza Furtado Lemos, Professor do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 22:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELLA PEDROSO MACHADO**, **Discente**, em 18/06/2021, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufg.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0>, informando o código verificador **2132457** e o código CRC **3DD0E901**.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**GABRIELLA PEDROSO MACHADO**

**DECADÊNCIA IDEOLÓGICA, IDEOLOGIA E PSICOLOGIA: UMA BREVE  
INVESTIGAÇÃO NO CAMPO DA PSICOLOGIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Gardênia de Souza Furtado Lemos

Coorientador: Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior.

**GOIÂNIA  
2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Machado , Gabriella Pedroso  
DECADÊNCIA IDEOLÓGICA, IDEOLOGIA E PSICOLOGIA  
[manuscrito] : UMA BREVE INVESTIGAÇÃO NO CAMPO DA  
PSICOLOGIA / Gabriella Pedroso Machado . - 2021.  
68 f.

Orientador: Profa. Dra. Gardênia de Souza Furtado Lemos; co orientador Dr. Fernando Lacerda Júnior .  
Trabalho de Conclusão de Curso Stricto Sensu (Stricto Sensu) -  
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE),  
Psicologia, Goiânia, 2021.  
Bibliografia.

1. Ideologia. 2. Decadência Ideologia. 3. Psicologia. I. Lemos, Gardênia de Souza Furtado, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos onze dias do mês de junho do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**Decadência ideológica, ideologia e psicologia: uma breve investigação no campo da Psicologia**”, de autoria de **Gabriella Pedrosa Machado**, do curso de Psicologia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Professora Doutora Gardenia de Souza Furtado Lemos (orientadora) e pelo Professor Doutor Fernando Lacerda Júnior (co-orientador) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: professor doutor André Vieira dos Santos (Centro Universitário IBMR-RJ). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a **nota final de 10,0**, tendo sido o TCC considerado **aprovado**.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 11/06/2021, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Vieira dos Santos, Usuário Externo**, em 12/06/2021, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gardenia De Souza Furtado Lemos, Professor do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2128463** e o código CRC **A5AB2110**.

## AGRADECIMENTOS

Escrever um trabalho acadêmico como este é sempre desafiador, entretanto escrevê-lo em meio a uma pandemia, com milhares de centenas de pessoas morrendo todos os dias em um país cujo governo escolheu uma gestão de morte é, no mínimo, desesperador. Foi nesse cenário de calamidade, morte e barbárie em sua mais pura forma que este trabalho foi escrito, aos tropeços. Assim, me pareceu complicado, em um primeiro momento, escrever essa sessão de agradecimentos para um trabalho escrito durante um ano e meio de caos. Contudo, revisitando os cinco anos anteriores de formação, não posso negar que diversas pessoas entraram na minha vida de forma muito especial e tornaram o processo de graduação muito mais gostoso de se atravessar. Gostaria de agradecer aos que marcaram minha formação acadêmica e pessoal.

Aos meus pais, Isabel e Roberto, que foram presenças constantes em todo o meu processo de formação. Em especial, gostaria de agradecer a minha mãe pelo incentivo nas empreitadas acadêmicas e por ter me apresentado o programa de Iniciação Científica logo no início da graduação, o que foi decisivo na minha formação até aqui. Gostaria de agradecer a minha irmã Danna, por toda amizade e companheirismo na estrada da vida que estamos trilhando.

Agradeço também aos queridos amigos e amigas que fiz durante a graduação: Bruno Destéfano, Marianna Cruz, Marina Louise, Pabliny Marques, Anneliese Lourenço, Cristina Santos e Victor Ribeiro. Vocês foram parte essencial dessa jornada. Agradeço as amigas de infância e juventude que permanecem marcando presença importante na minha trajetória: Thaís Maria, Marina Yano, Wanny Lacerda, Heloísa Bal e Jade Oliveira.

Agradeço de forma muito especial ao professor Fernando Lacerda que me acolheu como orientanda de Iniciação Científica, me apresentou ao marxismo e as leituras lukácsinas. E com muita paciência vem guiado e orientando meu início dentro do mundo acadêmico de forma leve e sensível.

Agradeço também ao prof. André Vieira que muito gentilmente aceitou compor minha banca e se dedicou a ler este trabalho.

Por fim, dedico parte desse espaço para lembrar os mais de 400 mil trabalhadores e trabalhadoras que tiveram suas vidas ceifadas em decorrência da política do governo brasileiro atual frente à pandemia global.

## **RESUMO**

O presente trabalho analisa as formas que a categoria ideologia ganha dentro de uma ciência específica, a psicologia. Para tanto recorre-se ao processo histórico de constituição tanto da categoria ideologia, quanto da psicologia enquanto ciência moderna. Assim, vale-se neste trabalho de concepções marxistas, utilizando especificamente a categoria decadência ideológica formulada por Lukács (que parte de uma leitura marxiana). Posterior a essas discussões, analisamos 22 textos selecionados entre os anos de 1979-2019 que tratam especificamente da relação entre psicologia e ideologia. Tentando também tecer algumas relações iniciais entre esses textos e o processo de apologética a ordem que constitui o desenvolvimento da psicologia e a importância do estudo da ideologia.

**Palavras-chave:** Ideologia, Decadência Ideologia, Psicologia.

## **ABSTRACT**

This work analyzes the forms that the ideology category takes within a specific science, psychology. For this purpose, the historical process of constitution of both the ideology category and psychology as a modern science is resorted to. Thus, in this work, Marxist conceptions are used, specifically using the category of ideological decadence formulated by Lukács (which starts from a Marxian reading). After these discussions, we analyzed 22 texts selected from the years 1979-2019 that specifically deal with the relationship between psychology and ideology. Also trying to weave some initial relationships between these texts and the process of apologetics to the order that constitutes the development of psychology and the importance of the study of ideology.

**Keywords:** Ideology, Ideological Decadence, Psychology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>CAPÍTULO 1 – IDEOLOGIA E DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA: FUNDAMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO CRÍTICA</b> .....	10
1.1. A Ideologia no campo do conhecimento: gênese até Marx .....	10
1.2. Ideologia em Lukács.....	17
1.3. Decadência ideológica: modificação no papel da burguesia .....	20
1.4. Características do pensamento burguês: apologia direta e indireta ao capitalismo...	25
<b>CAPÍTULO 2 – PSICOLOGIA: SURGIMENTO APOLOGÉTICO À ORDEM...</b>	30
2.1. Surgimento da psicologia e a história contada .....	30
2.2. A psicologia e os traços da decadência ideológica.....	34
2.3. Crise da psicologia e os movimentos de crítica no seu interior.....	37
<b>CAPÍTULO 3 – PSICOLOGIA E IDEOLOGIA: UMA INVESTIGAÇÃO NAS PRODUÇÕES PSI</b> .....	42
3.1. Psicologia e Ideologia: a produção entre 1979 -1989.....	44
3.2. Psicologia e Ideologia: a produção entre 2000-2009.....	50
3.3. Psicologia e Ideologia: a produção entre 2010-2019.....	56
3.4. Ideologia e Psicologia: algumas considerações.....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	66

## INTRODUÇÃO

A categoria ideologia apresenta um grande leque de significados e definições dentro das ciências e filosofia, contudo, mais do que um amontoado de definições, a ideologia é uma categoria constitutiva da realidade social (EAGLETON, 1997; KONDER, 2002). Dessa forma, destacamos a importância do seu estudo e análise, principalmente quando buscamos construir uma ciência que, de fato, se aproxime do movimento do real.

Importante destacar que focaremos a relação entre ideologia e psicologia, uma ciência marcada, muitas vezes, por construções subjetivistas e que mistificam categorias importantes da realidade por ter seu nascimento vinculado às necessidades capitalistas de controle e adaptação (LACERDA JR., 2010; PARKER, 2014).

Contudo, a psicologia e os psicólogos não flutuam no ar, mas estão inseridos na história que constituem a atividade humana. Assim, movimentos de contestação da ordem capitalista que resultam das lutas de classes têm reflexo na psicologia, com o surgimento de ideias reivindicando o olhar para o ser humano como ser histórico e social (LACERDA JR., 2013; LACERDA JR., 2018). É dessa concepção que parte o interesse de pesquisar como a psicologia tem concebido e trabalhado com a categoria ideologia em seus estudos e debates teóricos.

A problemática desta pesquisa deriva de um trabalho anterior de Iniciação Científica, no qual o interesse era conhecer como um autor, Lukács, entendia a categoria ideologia e qual seria a sua importância para a análise de projetos societários e profissionais da Psicologia. Durante o citado estudo surgiu o questionamento sobre como a ideologia vem sendo tratada ou se existem trabalhos científicos da Psicologia que tratam da categoria ideologia. Para tanto, fizemos um levantamento de dados em diferentes bases de pesquisa (SciELO, Index Psi, Pepsic e em referências bibliográficas de textos sobre o assunto). Foram utilizadas, em conjunto, as palavras-chave: “psicologia” e “ideologia”.

Pelo levantamento encontramos poucos trabalhos publicados. No “Index Psi Periódicos” encontrou-se um total de 50 artigos, dos quais apenas seis foram selecionados. Na base de dados “SciELO” foram levantados 35 trabalhos, dos quais foram selecionados cinco. Na base “Pepsic” foram encontrados 16 trabalhos, destes seis foram selecionados. É importante salientar que dos selecionados, alguns se repetem entre as três bases de dados. O restante (oito trabalhos) dos trabalhos selecionados, foram encontrados por meio de um levantamento em referências bibliográficas em textos sobre o assunto e no banco de dissertações e teses da CAPES. No total, foram encontrados e selecionados 22 trabalhos que foram publicados como capítulos de livros, artigos em periódicos e dissertações de mestrado.

O objetivo geral deste trabalho é problematizar a relação entre ideologia e psicologia explorando como a categoria ideologia é tratada nos trabalhos científicos de psicologia, principalmente brasileiros. Para tanto buscou-se analisar concepções de ideologia e como elas foram apropriados pela psicologia. Os objetivos específicos foram: 1) identificar as concepções de ideologia utilizadas, 2) identificar quais os autores aparecem nas discussões, 3) investigar quais as relações feitas entre psicologia e ideologia e 4) verificar se existem diferenças entre os textos considerando a divisão cronológica.

Para tanto, no primeiro capítulo tratamos dos fundamentos necessários para estudar a conexão entre psicologia e ideologia. Assim, na primeira seção discutimos o processo de surgimento da categoria ideologia no pensamento moderno europeu, a partir de Destutt De Tracy e seu grupo de ideólogos até as formulações marxistas de ideologia. Na segunda seção, apresenta-se a categoria decadência ideológica a partir das análises de Lukács sobre os escritos de Marx e Engels a respeito das consequências para o processo de conhecimento da passagem da burguesia de classe revolucionária para classe dominante. A partir daí, as correntes de pensamento que partem da perspectiva da burguesia, não são guiadas por um interesse genuíno em conhecer a realidade, mas sim pela apologética, direta ou indireta, do capitalismo.

No segundo capítulo, apresentamos como o processo de decadência ideológica está ligado com o processo de nascimento e desenvolvimento da psicologia enquanto ciência moderna e independente. Apesar da história da psicologia contada nos manuais dominantes favorecer uma visão descontextualizada da sua relação com a história, discutimos a relação da Psicologia com o processo de decadência ideológica. Por fim, apresenta-se movimentos de crítica à psicologia hegemônica e sua relação com levantes populares contra a ordem burguesa.

No capítulo três apresentamos o resultado do levantamento bibliográfico, a partir de uma exposição cronológica dos textos publicados sobre psicologia e ideologia. A análise dos textos explora: as relações entre psicologia e ideologia, como a ideologia é entendida, qual a concepção de psicologia, a existência de uma visão crítica, histórica e social do ser humano.

Os resultados apresentam textos publicados entre 1980 e 2019 e a interpretação identificou que houve uma transição de publicações que partiam de correntes de inspiração marxista para publicações que expressavam um processo de afastamento do marxismo e crescente foco e presença de noções dominadas por subjetivismo e categorias como linguagem e simbólico em detrimento dos movimentos da materialidade, da luta de classes etc.

Por fim, apresentamos algumas considerações sobre a produção científica analisada neste trabalho. Apesar de existirem abordagens psicologizantes da ideologia, há alguns textos que se aproximam de categorias ontológicas, realizam uma defesa de uma posição

anticapitalista e que criticam a apologética à ordem como momento predominante da psicologia.

## **CAPÍTULO 1 – IDEOLOGIA E DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA: FUNDAMENTOS PARA COMPREENSÃO CRÍTICA**

### 1.1 A Ideologia como conceito no campo do conhecimento: gênese até Marx

As noções e discussões acerca de ideologia e seu significado são diversas e, ainda hoje, predomina a polissemia e a divergência, isto é, há diversas posições e concepções. Eagleton (1997), nos primeiros capítulos do seu livro, apresenta diversas concepções existentes sobre a categoria ideologia: “processo de produção de significados, signos e valores na vida social”; “um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social”; “idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante”; “conjunto de crenças orientadas para a ação”, entre outras (EAGLETON, 1997, p.15). Estes são apenas alguns dos vários significados existentes. Isto, por si só, segundo o autor, não possibilita combater o que chama de ideologia do “fim da ideologia”, a qual é defendida por algumas correntes teóricas situadas, especialmente, no campo pós-moderno, fomentando a ideia de que não existe uma definição possível, logo deveria-se abandoná-la, consideram a discussão acerca da ideologia ultrapassada, uma tese, ainda segundo Eagleton (1997), presente mesmo em alguns grupos mais à esquerda que afirmam que não faz mais sentido o estudo da ideologia.

Com esse panorama geral, pode-se perceber que é uma categoria marcada por polêmicas e divergências. As tentativas de se desfazer da ideologia em um mundo de ideologias, segundo Eagleton (1997), apenas revelam o quanto o conceito é importante.

A ideologia do “fim da ideologia” apresenta uma característica: a tendência de apresentar a ideologia de duas formas contraditórias. Ela aparece, ao mesmo tempo, como totalmente irracional ou demasiadamente racionalista. Eagleton (1997, p. 18) afirma:

É uma grande ironia o fato de que, ao tentar substituir um arrebatado fanatismo por uma abordagem rigorosamente tecnocrata dos problemas sociais, os teóricos do “fim da ideologia” repitam, involuntariamente, o gesto daqueles que inventaram o termo “ideologia”, os ideólogos do Iluminismo francês.

Assumindo que a categoria ideologia é central para compreender diversos processos sociais, o presente tópico descreve o processo histórico de surgimento do termo ideologia e seu desenvolvimento, principalmente no campo marxista.

O termo ideologia surgiu tardiamente, apenas no século XIX. Entretanto, as preocupações em torno de sua origem, já apareciam em obras de filósofos desde a Antiguidade.

Para Konder (2002), a ideologia, compreendida como forças que agem em um processo de deformação na construção do conhecimento, é um tema que sempre esteve presente na filosofia. Assim, desde a Antiguidade, a ideologia é parte de questões como “o que é o conhecimento?”, e “como averiguar a realidade do conhecimento” foram discutidas e continuam vigentes.

Nas discussões filosóficas, de forma geral, sempre estiveram presentes preocupações sobre como conhecer a realidade, o papel do sujeito no conhecimento etc. Nestes debates se problematizou o conhecimento empírico como um dos meios pelo qual o homem tem acesso à realidade e quais são os limites do conhecimento produzido a partir da empiria. O que levanta a preocupação com os processos deformadores que existem no processo de conhecer a realidade social em cada tempo histórico, o que assegura um lugar importante na filosofia para o tema da ideologia (KONDER, 2002).

Segundo Konder (2002), ainda no período do Renascimento, Francis Bacon, sem utilizar o conceito de ideologia, expressa algo próximo do que o conceito expressou, ao apontar a necessidade do ser humano abandonar noções falsas postas por “ídolos” que deformam o processo de conhecimento. Outro estudioso renascentista que tratou de questões ideológicas antes do surgimento do conceito de ideologia foi Montaigne. Este, lidando com o quadro de barbárie no processo de colonização da América, afirmou que existe uma limitação ideológica na cultura europeia, em especial sua pretensão de universalidade.

Já no período do Iluminismo, os pensadores tinham grande confiança no uso da razão. O conhecimento e a ciência eram tratados com grande otimismo, como meios de resolver todos os problemas da humanidade (KONDER, 2002). Entretanto, com as implicações da Revolução Francesa e as tensões sociais provocadas por ela, a confiança nas ciências foi abalada e as respostas dadas pelo Iluminismo passaram a ser problematizadas.

Este foi o terreno que possibilitou, no início do século XIX, a entrada em voga da palavra ideologia, quando Destutt De Tracy publicou o livro “Elementos de ideologia” em 1801. Neste, a ideologia é pensada como uma nova disciplina filosófica, pela qual seria possível reconstituir o processo de formação das ideias. Para o autor, o conhecimento tem origem na empiria do meio social, isto é, a consciência é produto do meio. Desta forma, a reconstituição das ideias exige o estudo das ideias por um campo específico: a ideologia. Este novo campo contribuiria para os seres humanos se aproximarem mais da realidade, facilitando seu aperfeiçoamento e, por conseguinte, do mundo (KONDER, 2002).

Segundo Eagleton (1997), a noção de ideologia emerge em condições completamente ideológicas. A ideologia expressava uma política: atingir um nível de racionalidade, isto é, era contrária à barbárie e ao irracionalismo do Antigo Regime. Para o Iluminismo, os homens

deveriam governar a si próprios. De Tracy tenta afirmar esse projeto defendendo uma espécie de ciência do pensamento. O autor liderava um grupo de “ideólogos” que se ofereciam como orientadores e assessores nesse caminho para a razão e o conhecimento verdadeiro.

Na época, o grupo de “ideólogos” sinalizou que queria ensinar Napoleão Bonaparte (imperador da França) como dirigir o Estado. Diante disso, Napoleão, enfurecido, afirmou que eles não ajudavam o homem a conhecer melhor, pois “o grupo não se mostrava atento e receptivo às ‘lições de história’” (KONDER, 2002, p.22). Foi assim que o conceito de ideologia entrou no campo da luta ideológica com o caráter negativo que prevaleceu nas décadas seguintes (EAGLETON, 1997; KONDER, 2002). Eagleton (1997) aponta para ironia de Napoleão comparar os ideólogos com os metafísicos que eles próprios confrontavam:

Não há dúvida de que suas acusações têm um fundo de verdade: De Tracy e seus colegas, fiéis a seu credo racionalista, atribuíam às idéias o papel de alicerce na vida social, e acreditavam que se podia deduzir uma política de princípios a priori. Se por um lado travavam guerra com o idealismo metafísico que via as idéias como entidades espirituais, por outro concordavam com sua crença de que as idéias eram a base sobre a qual assentava todo o resto (p.69).

Nota-se que a gênese do conceito de ideologia não é repentina, como um momento isolado na história das ideias. Ao contrário, está intimamente relacionado com os processos de lutas e conflitos sociais, atuando como uma arma teórica na luta entre as classes sociais (EAGLETON, 1997).

Antes de adentrarmos em alguma das concepções no campo marxista de ideologia evidenciamos como os filósofos que vieram antes de Marx deram sua contribuição para o estudo da ideologia. No entanto, é importante destacar, a partir de Konder (2002), que, antes de Marx, carecia aos teóricos da ideologia dois pressupostos que não existiam na cultura francesa: o sujeito como construtor do conhecimento (Kant) e como criador da própria realidade (Hegel). Com a elaboração teórica dos citados pressupostos, Kant e Hegel contribuíram para o amadurecimento da teoria do conhecimento humano e da ideologia.

Konder (2002) aponta que, para Kant, o conhecimento é construção subjetiva, rompendo com a concepção de conhecimento como mera captura da realidade pelo sujeito. Para evitar o subjetivismo mais arbitrário, Kant afirma que o sujeito deve servir-se da razão para compreender as coisas da forma mais objetiva possível. Com isso abre-se um novo caminho para a problematização da ideologia considerando o papel do sujeito no processo do conhecimento e da autonomia da subjetividade. Isto não significa subjetivismo, pois, para Kant,

o sujeito terá sempre na singularidade um grande obstáculo estrutural para se elevar à consciência da universalidade.

Hegel, posteriormente, foi além de Kant em sua análise de como o singular se eleva ao universal. Konder (2002) aponta que, para o filósofo, os dois polos se pressupõem mutuamente. Por isso, é necessário ir para além do empirismo para se conhecer o todo: este nunca aparece ao sujeito em um primeiro vislumbre. Além disso, Hegel articula o tema do conhecimento com a realidade social, ao pensar um complexo real, o Estado, como o lugar da realização da universalidade que viabilizaria a superação das distorções ideológicas impostas pelo funcionamento da sociedade civil marcado por interesses privados.

Em síntese, o processo de surgimento da ideologia no vocabulário das ciências se deu em um momento histórico específico, quando os pensadores passaram a perceber a parcialidade dos sistemas de ideias e começaram a elaborar discursos alternativos. Isto se deu a partir a ascensão da burguesia, a qual enfrentou o dogmatismo religioso que marcou o Regime Antigo (EAGLETON, 1997). Posteriormente, a discussão acerca do que é ideologia mudou com a intervenção crucial de Marx e dos marxistas que o sucederam.

Marx, no desenvolvimento da sua teoria socialista crítica das ideologias, avançou ao preencher uma lacuna no debate sobre a ideologia: “faltava à *ideologia*, tal como os *ideólogos* que a propunham, algo que, sintomaticamente, também faltava ao imperador que a repelia: a capacidade de se debruçar com espírito *crítico e autocrítico* sobre os conflitos internos do conhecimento humano em ligação com as mudanças históricas” (KONDER, 2002, p. 24).

No campo marxista, há duas linhas de pensamento: uma mais preocupada com as noções de verdadeira e falsa cognição, tratando a ideologia como falseadora ou uma distorção mistificadora; outra voltada para a análise da função das ideias na vida social. Eagleton (1997) enfatiza que ambas as correntes têm coisas importantes a dizer.

O desenvolvimento do pensamento de Marx acerca da ideologia começa a partir de 1843, quando seus estudos passaram a caminhar na direção que desembocou na sua obra principal, “O Capital”.

Larrain (1988) afirma que o pensamento de Marx sobre a categoria ideologia foi marcado por três fases. A primeira seria justamente o período iniciado a partir de 1843, quando as primeiras pistas para a construção da sua concepção já são visíveis na crítica da religião e da concepção hegeliana de Estado, entendidas como inversões que mascaram a realidade. A segunda fase vai de 1845 até 1857, momento em que Marx abandona o pensamento feuerbachiano e a palavra ideologia aparece pela primeira vez em sua obra, mantendo o conceito de inversão, mas já ampliando o seu significado. A terceira fase tem início em 1858 e culmina

na escrita do “O Capital”, quando o termo ideologia quase não aparece, mas ultrapassa a noção de mera inversão.

De forma geral, duas correntes filosóficas influenciaram de maneira decisiva o conceito de ideologia de Marx e Engels: 1) o materialismo francês de Feuerbach e 2) a filosofia de Hegel. É importante destacar que Marx não apenas “absorve” esses conhecimentos, mas realiza um tratamento crítico que busca alcançar a raiz social das questões teóricas (LARRAIN, 1988).

Marx e Engels discutem mais especificamente a questão da ideologia em “Ideologia Alemã” (1845-1846). É importante lembrar, tal como destacado anteriormente, que a palavra ideologia era nova no léxico político (EAGLETON, 1997; KONDER, 2002).

Para os autores, na citada obra, ideologia é toda representação ideal que contém interesses materiais, mas não os admite como tais, ou seja, o pensamento não se reconhece enquanto resultado de condições sócio-históricas determinadas. Portanto, Marx e Engels, nessa primeira formulação, entendem a ideologia articulada com o tema da falsa consciência. Assim, o conceito de ideologia aparece ligado aos processos de inversão da realidade pela consciência. Se as ideias são entendidas como um momento autônomo, alijado do mundo material, isso colabora para a naturalização da realidade social (EAGLETON, 1997; KONDER, 2002).

Falsa consciência não é entendida por Marx como consciência errada ou erro cognitivo. O exemplo gráfico da inversão da imagem na câmera escura é acertado. Marx e Engels não negam a ideologia como imagem ideal produzida a partir da realidade material. O que enfatizam é o fato de que desconhecer determinações sociais muda o pensamento, isto é, o ideólogo e a sua ideologia expressam uma imagem parcial da realidade que desconhece suas determinações. Por isso, falsa consciência. Além disso, a falsidade de uma ideia não elimina a atuação histórica da ideologia. Ao contrário, a falsidade exerce função social na realidade, pois, ao tomar elementos da realidade sem remeter aos nexos entre representação e aquilo que ela pretende representar, a ideologia contribui para que não se questione a última (NETTO, 2002).

A ideologia aparece, neste momento da obra marxiana, como um conceito crítico e negativo que serve para criticar a filosofia alemã idealista, mas introduzindo, na concepção de ideologia, um novo contorno: “a inversão que Marx passa a chamar de ideologia subsume tanto os velhos como os jovens hegelianos e consiste em partir da consciência em vez de partir da realidade material” (LARRAIN, 1988, p. 294). O problema, para Marx, não está nas ideias distorcidas, mas nas contradições sociais que as originam. As distorções, portanto, não podem ser superadas pela crítica abstrata às ideias. A falsidade das ideias só desaparece no momento em que as contradições sociais da realidade material forem superadas (LARRAIN, 1988).

A distorção ideológica derivaria, assim, da fragmentação da comunidade humana, do fato de os homens não atuarem juntos. A atividade do homem "se torna para ele um poder estranho, que se contrapõe a ele e o subjuga, em vez de ser por ele dominado" (MEW, III, p. 33). Os seres humanos não podem se reconhecer coletivamente, de maneira imediata, no que fazem (KONDER, 2002, p. 41).

Para Marx e Engels, o interesse estava na função histórica da falsa consciência e sua base material. Os autores entendiam que as ilusões sociais estavam ancoradas em contradições da própria sociedade, de maneira que só transformando essas contradições reais pode-se extinguir as distorções ideológicas (EAGLETON, 1997). Sendo assim, como aponta Eagleton (1997, p.72), “uma teoria materialista da ideologia é inseparável de uma política revolucionária”.

Em síntese, para Marx a ideologia não é unicamente uma mentira (apesar de poder ser também), mas falsa consciência socialmente determinada que não reconhece a trama social da qual emana. É interessante destacar que, neste momento de crítica da ideologia alemã, Marx e Engels estão dialogando com pensadores clássicos cuja a falsa consciência não resulta da intenção de falsear a realidade. Entretanto, isso muda após 1848. A partir de então, uma parte dos ideólogos passa a contribuir de forma consciente com processos de mistificação da história<sup>1</sup> (COUTINHO, 2010).

A terceira fase indicada por Larrain (1988) no processo de desenvolvimento do conceito de ideologia na obra de Marx começa com os chamados “Grundrisse” de 1858 e culmina no livro “O Capital”. Trata-se do momento em que Marx realiza uma análise mais concreta do sistema capitalista e as relações sociais que se dão no seu interior. Segundo Larrain (1988), o uso da palavra ideologia quase não aparece mais, entretanto significado da discussão acerca da inversão da realidade no processo de conhecimento aparece de forma regular e reelaborada, considerando a particularidade da realidade capitalista.

Portanto, a ideologia oculta o caráter contraditório do padrão essencial oculto, concentrando o foco na maneira pela qual as relações econômicas aparecem superficialmente. Esse mundo de aparências constituído pela esfera de circulação não só gera formas econômicas de ideologia, como também é “um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem, onde reinam a Liberdade, a Igualdade, e Propriedade e Bentham”. (O Capital, I, cap. IV). Sob esse aspecto, o mercado é também a fonte da ideologia burguesa. (LARRAIN, 1988, p.294).

---

<sup>1</sup> Isso o que Lukács vai chamar de decadência ideológica burguesa (Lukács, 1968/2010). Discutiremos sobre o tema seção 1.3 deste trabalho.

Enquanto na “Ideologia Alemã” o conceito de ideologia expressava uma crítica materialista da especulação idealista por filósofos, no terceiro momento Marx aborda as práticas materiais capitalistas e suas consequências no processo de conhecimento.

Apesar de diferenças nas distintas etapas, há uma coerência na análise de Marx sobre a ideologia: a ideia de dupla inversão, na realidade e na consciência, está presente em toda sua obra. Assim, ideologia em Marx mantém sempre uma conotação crítico-negativa (LARRAIN, 1988; EAGLETON, 1997). A ideologia não é processo totalmente redutível à falsidade e ao erro. De acordo com Eagleton (1997, p.84), a noção de falsidade permanece “na noção de aparências enganadoras, mas estas são menos ficções da mente que efeitos estruturais do capitalismo. Se a realidade capitalista abrange sua própria falsidade, então essa falsidade deve, de certa maneira, ser real”.

Após a morte de Marx, marxistas deram significados diferentes ao conceito de ideologia. De maneira geral, predominaram duas concepções de ideologia: 1) a ideologia como representação ideal da totalidade social presente nas formas de consciência social; e 2) a ideologia concebida como ideias políticas relacionadas às classes sociais (LARRAIN 1988; EAGLETON 1997; KONDER, 2002).

Por exemplo, após a morte de Marx, por meio da Segunda Internacional e do papel de Kautsky em sua direção, difunde-se a concepção de que existiam ideologias reacionárias e ideologias progressistas. Assim, no capitalismo, se contrapunham, principalmente, ideologias das duas principais classes: a ideologia proletária e a ideologia burguesa (EAGLETON, 1997; KONDER, 2002).

Existem alguns motivos que ocasionaram esse deslocamento do conceito de ideologia. Primeiro, trata-se das ambiguidades presente nos textos marxianos sobre ideologia (LARRAIN,1988; KONDER,2002). O segundo fator importante foi o desconhecimento das primeiras gerações de marxistas do livro “Ideologia Alemã”, o qual permaneceu inédito até o fim das duas primeiras décadas do século XX (LARRAIN, 1988).

Na ausência dessa obra, os dois textos mais influentes para a discussão do conceito eram o “Prefácio” de 1859, de Marx, e o *Anti-Dühring*, de Engels, frequentemente citados pelas novas gerações de marxistas. Não obstante, esses dois textos encerram ambiguidades importantes e não estabelecem uma distinção adequada entre a relação base-superestrutura e o fenômeno ideológico (LARRAIN, 1988, p. 295).

A partir do início século XX, marxistas adotaram uma perspectiva sociológica da ideologia: “Limitando-se ao esforço de identificar - e denunciar politicamente - as formas diretas mais simples da expressão dos interesses materiais das classes sociais no discurso dos

teóricos, nos programas de ação ou na produção artística.” (Konder, 2002, p.55). O resultado da utilização desse conceito de ideologia deixava a desejar, pois as análises ficavam apenas num plano superficial, caracterizadas por considerações unilaterais e empobrecedoras sobre a relação entre conhecimento e realidade (KONDER, 2002).

Em terceiro lugar, há o mais importante fator que atuou na evolução do conceito de ideologia para um sentido positivo e passa a ser recorrente, assim como, a concepção crítico-negativa: as lutas políticas do fim século XIX na Europa. Neste contexto, a evolução da teoria marxista passou a ser cada vez mais influenciado por demandas de lutas partidárias que buscavam legitimidade na teoria marxista (LARRAIN, 1988).

Neste contexto, Lênin amplia o significado de ideologia, afirmando que não é apenas um mecanismo que oculta contradições da realidade, mas que expressa a consciência política de classes. Desta forma, em consonância com o Marxismo vigente na Segunda Internacional, Lênin dá ênfase na oposição entre ideologia burguesa e ideologia socialista. O conceito elaborado por Lênin tornou-se bastante influente e teve um papel importante nas discussões posteriores sobre ideologia (LARRAIN, 1988).

É impossível destacar neste trabalho todas as variantes da categoria ideologia depois da morte de Marx no campo marxista. A ideologia ganhou vários sentidos e se desenvolveu de diferentes maneiras nas diversas correntes marxistas. Assim, no próximo tópico adentraremos apenas na concepção de um grande pensador marxista do século XX: Lukács.

## 1.2 Ideologia em Lukács

Gyorgy Lukács foi um grande estudioso da obra marxiana e da ideologia. Entretanto, Konder (2002) aponta que o conceito de ideologia em Lukács foi mudando ao longo dos seus estudos. Os textos sobre ideologia na ontologia do ser social (obra tardia de Lukács) devem muito à concepção de Lenin, enquanto em “História e consciência de classe” (publicada por um “jovem” Lukács, em 1922), há um ensaio sobre reificação que traz contribuições bem diferentes a questão da ideologia (KONDER, 2002). Neste livro, para Lukács, é a própria situação material da classe trabalhadora, marcada pela reificação característica da economia capitalista, que produz a subordinação ideológica do proletariado. A ideologia burguesa não é entendida como falsa por ser ideologia em geral, mas porque a posição social da burguesia enquanto classe é limitada frente à totalidade social (LARRAIN, 1988).

Dessa forma, para o jovem Lukács, a ideologia não é um discurso infiel à realidade, mas uma expressão das limitações da realidade e da posição objetiva da burguesia nela. Lukács não

entende ideologia como erro ou mentira, pois a ideologia burguesa apenas expressa no âmbito das ideias uma realidade cindida e fragmentada (EAGLETON, 1997). Lukács, neste momento, mantém o sentido mais crítico do termo ideologia, especialmente quando problematiza o fetichismo da mercadoria (EAGLETON, 1997).

Porém, ao mesmo tempo, Lukács resgata concepção positiva que a Segunda Internacional trouxe para a palavra ideologia, pois afirma que o marxismo é a expressão ideológica da consciência de classe do proletariado. Este, ao apreender a totalidade, supera as limitações da ideologia da burguesia. Para o proletariado, o marxismo é a possibilidade de consciência do movimento real que ultrapassa os limites das distorções ideológicas burguesas (KONDER, 2002). Isso ocorre porque a classe trabalhadora, ao tomar consciência de classe, se torna portadora de interesses da humanidade em sua universalidade e, por isso, tem a possibilidade de conhecer a totalidade social. Segundo Eagleton (1997):

A verdade, na perspectiva “historicista” de Lukács, é sempre relativa a uma situação histórica particular, nunca uma questão metafísica inteiramente além da história; mas o proletariado, de forma única, está posicionado historicamente de tal forma que é capaz, em princípio, de revelar o segredo do capitalismo como um todo. Assim, não há mais necessidade de permanecer preso à antítese estéril da ideologia como consciência falsa ou parcial (p.91).

Aqueles que hoje, seguindo a moda, desautorizam a necessidade de uma perspectiva “global” ou “total” podem ser privilegiados o suficiente para dispensá-la. E onde tal totalidade exerce uma influência urgente sobre as condições sociais imediatas que a intersecção entre parte e todo é mais significativamente estabelecida (p.92).

Críticos do jovem Lukács (LARRAIN, 1988; EAGLETON, 1997; KONDER, 2002), apresentam alguns problemas na concepção de ideologia e consciência presente nos seus primeiros escritos. O autor parece entender a autoconsciência do proletariado como prática revolucionária em si, problema que o próprio autor admitiu posteriormente quando afirmou ter exagerado o papel que dá à ideologia e a luta ideológica nos seus primeiros trabalhos (LARRAIN, 1988). Ainda segundo Eagleton (1997), o principal problema do conceito de ideologia do primeiro Lukács foi a superestimação idealista dos processos de consciência.

Entretanto, após uma vida de estudos, Lukács apresenta uma nova elaboração sobre a categoria de ideologia em sua última obra, “Ontologia do ser social”. Aqui, a ideologia aparece como categoria ontológica e o autor volta-se à centralidade da categoria trabalho para compreender a ideologia, pois a primeira é o processo fundante do ser social e modelo de toda atividade social humana. Assim, o trabalho é base para o desenvolvimento de todas as outras

categorias, ainda que estas, com a complexificação do ser social, não se reduzam ao trabalho (COSTA, 2006; CARLI, 2007; VAISMAN, 2010).

O trabalho articula dois processos ontologicamente distintos: a prévia-ideação e a causalidade. Pelo trabalho, há a objetivação de prévias-ideações que foram, primeiro, elaboradas no plano da consciência (uma realidade distinta da causalidade, ainda que determinada por ela), mas que, por transformarem as condições causais, criam novos objetos e complexos que não existem na natureza. A novidade resulta do fato de que o sujeito ao objetivar, está, também, exteriorizando sua consciência. Porém, o produto do trabalho sempre é algo que se diferencia da consciência que deu origem a ele, ou seja, sujeito e objeto são ontologicamente distintos (LESSA, 2012).

Com a complexificação das relações sociais e com o papel central da consciência e das escolhas no processo de transformação da realidade natural ou social pela atividade humana, há o papel decisivo de necessidades, ideias e valores na organização e orientação da vida cotidiana e dos conflitos sociais. Se a consciência é determinante no desenvolvimento do ser social, então são também os elementos que direcionam a consciência dos seres humanos em cada sociedade. Ideias e valores cumprem a função social de direcionar a consciência em um certo sentido e é isto que, para Lukács (1976/2013), é a ideologia.

A ideologia cumpre uma função ampla e ineliminável no desenvolvimento do ser social, pois atua como guia das tomadas de decisões cotidianas. Porém, a ideologia, a partir do surgimento das classes sociais, passa a desempenhar também uma função restrita: passa a operar como instrumento de luta social entre grupos sociais antagônicos. Em síntese, a ideologia, em sentido amplo ou restrito, é identificada por Lukács a partir de funções sociais específicas no processo de desenvolvimento do ser social. Um complexo ideológico não é apenas definido por uma ideia ser verdadeira ou falsa. Para ele a falsidade ou verdade das ideias, apesar de serem pontos importantes de análise, não é o que vai definir uma ideia como ideológica, até porque ideias verdadeiras também podem assumir caráter ideológico. Ideias e valores podem ser mediações importantes que orientam a atividade social, independentemente de serem verdadeiras ou falsas (LUKÁCS, 1976/2013; COSTA, 2006; CARLI, 2007; VAISMAN, 2010).

Nas sociedades de classes surgem complexos ideológicos específicos, como o direito e a política, que funcionam como instrumentos para a manutenção do *status quo* em favor da classe dominante. Todavia, sempre portam contradições, pois são constituídos por sujeitos de classe sociais distintas. Lukács nos permite ver como o trabalho alavanca o ser social e o desenvolvimento desta cria processos mais complexos, todos atravessados por ideologia, como

arte, filosofia e outros complexos sociais (COSTA, 2006; CARLI, 2007; VAISMAN, 2010, LESSA, 2012).

Segundo Costa (2006, p. 12): “a teoria da ideologia contida em Para uma Ontologia do Ser Social traz novos elementos ao problema da ideologia, que se distancia da visão gnosiológica predominante na apreensão dessa importante categoria da vida social”. Sendo assim, um conjunto de ideias não é necessariamente ideológico, ele precisa desempenhar função social nas disputas sociais em uma situação histórica. Sendo assim, a discussão sobre a ideologia só é resolvida remetendo à análise do ser social e da função social que certas ideias desempenham na sociedade de classes.

Lukács contribui e amplia de maneira significativa para a discussão sobre a categoria ideologia por destacar que o que define uma ideologia é a função social que ela exerce, superando a ideia de que a categoria ideologia gira em torno da falsidade ou veracidade das ideias, contudo essas noções gnosiológicas de verdade e falsidade não são excluídas do seu pensamento, contudo, como já foi dito, a ponto fundamental é a função social que os complexos ideológicos vão exercer.

### 1.3 Decadência ideológica: modificação no papel da burguesia

Em um momento de acentuada especialização do trabalho e das ciências e contra a defesa de que ciências isoladas seriam capazes de dar conta da realidade, o resgate da tese lukacsiana sobre a decadência ideologia, segundo Lara (2013), possibilita a crítica das ideologias que defendem o conhecimento como neutro ou processo antiontológico e que deixam de lado categorias centrais para se compreender a sociedade moderna (trabalho, luta de classes, propriedade privada, revolução social). Em geral, as teorias “neutras” fundamentam discursos de apologia e defesa do sistema capitalista, negando ou justificando as contradições sociais do capitalismo. Retomar categorias como decadência ideológica e a crítica marxiana de forma geral se faz necessário e é um desafio para uma compreensão crítica da fragmentação das ciências e sua raiz social.

A burguesia apresenta dois momentos importantes na sua elaboração ideológica: antes e após o ano de 1848. A teoria social que, no período denominado clássico (pré-1848) e que tem como seu último grande representante Hegel, era marcada pelo predomínio do interesse em conhecer a totalidade social, o que exigia a independência em relação aos dogmas religiosos hegemônicos no feudalismo. No entanto, entre 1830-1848, esse interesse autêntico pela

apropriação da totalidade social foi substituído pelo predomínio da apologética como ponto de partida (LARA, 2013).

As concepções filosóficas do período clássico eram impulsionadas pela busca de conhecer a realidade em sua totalidade para armar a revolta da burguesia contra a nobreza do Antigo Regime. Além de ser um momento de transformação das ciências, este período produz uma filosofia interessada na universalidade e comprometida com a revolução burguesa (LARA, 2013). Isto muda quando a burguesia se torna classe dominante, especialmente a partir do período de 1830-1848. Neste contexto, há também o aparecimento das condições que possibilitaram o surgimento do materialismo histórico enquanto perspectiva científica que supera os limites da principal ciência da burguesia que expressou seu estudo da vida social: a economia política clássica (LUKÁCS, 1968/2010).

Contudo, destacamos que mesmo anterior ao período de decadência também existiam processos de ocultamento das desigualdades e da realidade social. Porém, o que é importante compreender, antes do período de decadência ideológica da burguesia as intenções dos teóricos não tinham em primeiro lugar o objetivo de ocultar a realidade, existia a necessidade de se conhecer. O que não significa que todas as teorias da burguesia revolucionária conseguiram atingir um conhecimento verdadeiro sobre a realidade (LUKÁCS, 1968/2010; COUTINHO, 1972/2010; LARA, 2013).

Marx foi o primeiro a estudar a economia política clássica e criticar o processo de virada ideológico-política do pensamento burguês, por meio de uma crítica materialista do processo de decadência ideológica da burguesia. Os anos de 1830-1848 foram marcantes por terem sido os anos das primeiras crises econômicas em um momento em que a burguesia já detinha o poder político e não estava mais focada em mobilizar o povo contra o Antigo Regime, tal como ocorreu na Revolução Francesa de 1789. O problema para a burguesia, como classe dominante, se torna a sustentação de uma ordem social regida por ela. Seu foco é combater a ameaça expressa pela classe proletária que, em 1848, emergiu como sujeito político independente. Portanto, o processo de decadência ideológica começa após a conversão da burguesia em classe social conservadora. Trata-se de decadência ideológica, porque as produções ideológicas da burguesia subordinam-se, cada vez mais, às necessidades políticas de eternização da ordem regida por uma classe conservadora e, cada vez menos, pela busca de conhecimento da realidade (LUKÁCS, 1968/2010).

Aqui é importante frisar que a produção do conhecimento não é um processo isolado e independente do movimento histórico e social da realidade. O processo de subordinação do pensamento burguês a apologética está intimamente ligado com as mudanças sociais e a divisão

de classes no interior do sistema capitalista. No caso das ciências sociais, há certa perspectiva de classe que condiciona todo o percurso de pesquisa e escolha de objetos (Löwy, 1978). Sendo assim, os cientistas e pensadores que produzem ideias que realizam a apologética da ordem não necessariamente o fazem de forma intencional ou como uma “conspiração” de grupos individuais, mas como parte do condicionamento imposto por processos históricos e sociais.

A partir do estudo da obra marxiana, Lukács (1968/2010) oferece uma rica análise histórica do movimento de decadência ideológica da burguesia. O autor problematiza os processos de elaboração ideológica da burguesia desde o seu momento como classe revolucionária até a sua conversão em classe conservadora. O autor destaca que a história da filosofia burguesa pode ser dividida em dois momentos: (1) o período clássico que vai dos renascentistas até Hegel, que tem como característica uma atividade progressista e que assumia como objetivo a elaboração de uma racionalidade humanista e dialética; (2) o momento de decadência ideológica, que começa a partir de 1830-1848, marcado pelo abandono dos avanços conquistados pela própria filosofia burguesa (razão dialética, historicismo, humanismo) anteriormente e pelo predomínio de perspectivas apologéticas, que ganham diferentes expressões (COUTINHO, 1972/2010).

Se a tarefa ideológica da burguesia revolucionária fora a conquista da realidade por uma razão explicitada em todas as suas determinações, essa tarefa - na época da decadência - consiste precisamente em negar ou limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens. (COUTINHO, 1972/2010, p.23).

A teorização, a partir da perspectiva da burguesia, subordina o interesse na veracidade das teorias e na análise das contradições sociais ao imperativo de sustentar seu poder e sua ordem. O conhecimento é marcado por tentativas de negar as contradições sociais e a sua historicidade, assim como a investigação que buscava dar conta da totalidade social dá lugar a uma consciência fragmentada e apologética da ordem social capitalista. “O que interessava era formular respostas justificadoras aos problemas decorrentes do desenvolvimento capitalista e ocultar os conflitos de classes procedentes da relação antagônica entre capital e trabalho.” (LARA, 2013, p. 94).

Algumas das características apontadas por Lukács (1968/2010) do pensamento decadente são apresentadas a seguir. Em primeiro lugar, a evasão e mistificação da realidade: o materialismo e a dialética do período revolucionário da burguesia são deixados de lado. Os pensadores da burguesia não mais têm as suas discussões instigadas pela busca de compreensão das contradições sociais. Pelo contrário, há uma tentativa de oculta-las de acordo com as necessidades políticas e econômicas da burguesia. O total desprezo pelos fatos históricos e a

mistificação dos acontecimentos sociais são a marca de teorias que realizam remissão a “naturalizações” ou “acazos”. Esses mecanismos de deformação e ocultamento da realidade são a tendência geral no tratamento da realidade social.

A segunda característica é a ausência de problemas substancialmente novos no âmbito da teoria acompanhada pelo tratamento de problemas que são apenas imediatos para o desenvolvimento capitalista. Tal como afirmado anteriormente, a diferença mais essencial entre o momento clássico e o momento decadente da produção ideológica da burguesia reside no fato de que os ideólogos do período clássico davam respostas sinceras e científicas, mesmo que com lacunas e de forma contraditória. Já no período de decadência ideológica há uma fuga da realidade. De forma geral, a fuga se manifesta pelo predomínio de posturas superficiais, imediatistas e ecléticas, que repõem fragmentos de vários pensamentos e, justamente por isso, não acrescentam nada de essencialmente novo para o gênero humano (LUKÁCS, 1968/2010.).

Lukács coloca que, com a decadência ideológica, as ciências sociais enfrentam uma situação desfavorável. Quando se defrontam com as contradições da realidade, é necessário romper com a classe dominante, pois toda teoria séria dentro das ciências sociais choca-se contra os limites das necessidades ideológicas da burguesia (LUKÁCS, 1968/2010.). As descobertas expressivas das ciências moderna nos países capitalistas se estabelecem quase sempre passando por um filtro reacionário da burguesia. “Os preconceitos do período da decadência desviam a atenção dos homens, impedindo-os de perceber os fenômenos realmente importante da época.” (LUKÁCS, 1968/2010, p.77).

Ainda de acordo com Lukács (1968/2010), outro traço fundamental da decadência ideológica é a reprodução e aceitação dos efeitos deformadores da divisão do trabalho no plano das ideias. O pensamento decadente não coloca em questão a divisão social do trabalho, mas a assume como algo natural e eterno. A divisão social do trabalho na sociedade capitalista ao dividir as atividades materiais e espirituais, provoca profundas deformações na consciência de cada um, que se manifestam de várias maneiras nas diferentes expressões ideológicas.

A covarde submissão a estes efeitos da divisão do trabalho, a passiva aceitação destas deformações psíquicas e morais, que são agravadas e embelezadas pelos pensadores e escritores decadentes, constituem um dos traços mais importantes e essenciais do período de decadência. (LUKÁCS, 1968/2010., p.62-63).

O período decadente atuou de forma importante nas ciências realizando uma profunda modificação: as ciências passam a se especializar cada vez mais, perdendo de vista a totalidade. A especialização se torna *modus operandi* nas ciências sociais. Segundo afirma Lukács (1968/2010), o surgimento da economia marxista inviabilizou para a área da economia ignorar

as lutas de classes como movimento relevante no desenvolvimento social. Tendo isso em vista e para fugir a esta necessidade, cria-se a sociologia como especialidade que estuda, por análises formais e esvaziadas, a vida social cindida das determinações econômicas, políticas ou psicológicas – que seriam, por sua vez, objeto de estudo de outras ciências parciais. Assim, por exemplo, a economia vulgar que dá lugar à economia política, ignora os processos sociais de reprodução e produção da vida, permanecendo nas análises mais superficiais dos processos econômicos. Trata-se de algo bem diferente do período clássico, durante o qual se buscava conhecer os fatos em sua relação com a totalidade, o processo de decadência produz ciências que isolam os fatos de forma artificial.

Já é aqui claramente visível como a divisão capitalista do trabalho se insinua na alma do indivíduo, deformando-a; como transforma num filisteu limitado um homem que, tanto intelectual quanto moralmente, está muito acima da média. Este império exercido sobre a consciência humana pela divisão capitalista do trabalho, esta fixação do isolamento aparente dos momentos superficiais da vida capitalista, esta separação ideal de teoria e práxis, produzem - nos homens que capitulam sem resistência diante da vida capitalista - também uma cisão entre o intelecto e o mundo dos sentimentos. (LUKÁCS, 1968/2010., p.66)

A sociedade aparece como uma entidade autônoma e mistificada, isto é, como algo que não pode ser inteiramente compreendido. O importante é que esse processo ideológico é reflexo do esvaziamento da atividade social humana marcada pela divisão social trabalho. Esta se expressa em inúmeras cisões que facilitam o indivíduo sentir que sua vida ocorre desvinculada da sociedade (LUKÁCS, 1968/2010).

Em síntese, a ideologia decadente apresenta uma ideologia antiontológica que tem como principais características “combate à dialética, à historicidade e à totalidade; as concepções e interpretações se restringem ao fenômeno e desconsideram as suas conexões reais.” (LARA, 2013, p. 97). O processo decadência ideológica foi um movimento progressivo de abandono da necessidade se conhecer a realidade em sua totalidade e defrontar-se com as contradições sociais.

A crítica marxiana que se desenvolve com a categoria decadência ideológica desvenda o poder da ideologia, revestida de apologética, que oferece sustentação para a acumulação capitalista. A categoria decadência ideológica revela a crítica imanente da totalidade social, resgata a conexão entre força material e construção ideológica do sistema do capital, oferece a possibilidade da crítica, genuína e fecunda, que restabelece a perspectiva ontológica histórico-materialista. (LARA, 2013, p.98).

Autoconhecimento e conhecimento do mundo são inseparáveis. Não é possível que o homem supere em si mesmo os traços da decadência sem conhecer e compreender as mais profundas estruturas da vida, sem quebrar a casca superficial que, no capitalismo,

recobre as ligações mais ocultas e a mais oculta unidade contraditória. (LUKÁCS, 1968/2010, p.81).

Retomando o que foi discutido acerca da concepção lukácsiana de ideologia é possível compreender a sua importância. Como aponta Lukács (1968/2010), o que está em jogo na ideologia é a função social que ideias exercem na realidade social.

A decadência ideológica é o processo que tem como função social limitar o conhecimento de modo a favorecer e valorizar o capital. As diferentes fases do desenvolvimento capitalista produzem diferentes pressões para a elaboração ideológica no campo das ciências, artes e filosofia. Haveria, duas formas de pensamento decadente que alternam seu protagonismo a depender do momento histórico: o agnosticismo e o irracionalismo.

#### 1.4 Características do pensamento burguês: apologia direta e indireta ao capitalismo

Sob o influxo da decadência ideológica, as produções ideológicas da burguesia são marcadas pela impossibilidade de se apropriar da totalidade social. As duas posturas gerais que marcam o pensamento decadente são o racionalismo agnóstico e o irracionalismo. Apesar de diferentes, são posturas que têm raiz comum: expressam contradições sociais que não conseguem e/ou não pretendem superar.

As duas posturas do pensamento burguês têm em comum a tentativa de minorizar a razão: ambas negam a possibilidade de se conhecer o real de forma racional e objetiva. O agnosticismo, como aponta Lukács (1968/2010), expressa a submissão do pensamento às demandas do capital, enquanto o irracionalismo se manifesta como protesto vazio contra os problemas do capitalismo, o que acaba em um conformismo diante da ordem burguesa. Portanto, se o racionalismo agnóstico defende de forma direta o capitalismo, o irracionalismo apresenta uma apologia indireta (COUTINHO, 1972/2010).

Lukács, fundamenta a sua crítica na tese de que não existe ideologia “inocente”, ou seja, toda construção ideológica tem compromisso político e social com o progresso do ser social ou com o conservadorismo e a reação. Portanto, não importa a intenção do ideólogo, mas sim qual função as suas ideias tem dentro da luta de classe (NETTO, 1978).

As duas posturas que expressam o pensamento burguês decadente se alternam na vida social, uma predomina sobre a outra de acordo com os ciclos do desenvolvimento capitalista. Entretanto, a predominância de uma não significa o desaparecimento da outra. Momentos de estabilidade e expansão do capitalismo geram a sensação de segurança que possibilita o predomínio de perspectivas racionalistas-agnósticas nas ciências e filosofia, caracterizadas por

teorias que explicam a estabilidade eliminando as contradições e o movimento da história. Por outro lado, os períodos de crise geram instabilidade e angústia, sentimentos que acabam por facilitar o predomínio de posturas irracionais, marcadas pelo pessimismo e pela descrença sobre a possibilidade de conhecer o real (COUTINHO, 1972/2010).

Coutinho (1972/2010) evidencia que, com a decadência ideológica, a burguesia não delineia mais concepções de mundo generalizantes, mas expressa apenas constructos e teorias amarradas ao imediatismo ou, nos termos do autor, “sentimento de mundo”. As ideias e ideologias são arquitetadas a partir dos movimentos mais imediatos da realidade e não ultrapassam a superficialidade dos “sentimentos de mundo” produzidos pelas sensações de segurança que predominam nos períodos de estabilidade do sistema ou de insegurança que predominam nos períodos de crise.

A partir de Netto (1978) e Coutinho (1972/2010), apresentamos algumas das características principais do irracionalismo e do racionalismo (agnosticismo) burguês, assim como alguns dos seus principais expoentes ao longo do tempo.

Segundo Netto (1978), Lukács aborda o irracionalismo partindo da filosofia alemã por ser o país exemplar do irracionalismo. Entretanto, o estudo do irracionalismo alemão, revela características comuns ao irracionalismo como sintoma universal do pensamento decadente. O irracionalismo moderno apareceu em diferentes fases da história alemã, a qual foi marcada por um desenvolvimento tardio da burguesia e do capitalismo em um país cuja ausência de unidade nacional facilitou a emergência de respostas reacionárias às contradições sociais e às lutas de classes.

A origem do irracionalismo alemão remonta à crise econômica, política e social que marcou a virada do século XVIII para o XIX no país. Netto (1978) aponta duas fases: 1) a fase marcada pela luta da burguesia contra o feudalismo sob os efeitos provocados pela Revolução Francesa, em que o irracionalismo combate a ideia de progresso; 2) a fase que tem como marco acontecimentos dos anos de 1870 (hegemonia prussiana, Comuna de Paris e surgimento do imperialismo), a partir da qual o alvo passa a ser a ideologia do proletariado, isto é, o materialismo histórico e dialético.

O irracionalismo apresenta como características um subjetivismo pessimista e romântico que canaliza o “sentimento de mundo” que predomina nos momentos de incertezas e crises do capital. Nesses momentos aversivos para os indivíduos, o irracionalismo faz críticas à ordem social, mas por meio do recurso à subjetividade. A crítica romântica à ordem burguesa se expressa no sentido de tentar afirmar o desenvolvimento de uma humanidade autêntica em oposição à sociabilidade descrita como inautêntica, por negar a subjetividade humana. Dessa

forma, a subjetividade converte-se na única possibilidade verdadeira de se conhecer e sentir (COUTINHO, 1972/2010).

Crítica romântica do capitalismo; denuncia-se a realidade social, considerada fonte de dissolução da subjetividade e de desumanização, ao mesmo tempo em que se rejeita a razão, confundida com as regras formais que predominam nas práxis e burocrática. Em ambos os casos, vemos um processo fetichizador: determinadas formas *particulares* do mundo capitalista, tomadas em sua imediaticidade, são convertidas – com *tônus* emocionalmente positivo ou negativo – em “condição eterna do homem”. E, com isso, o protesto subjetivo converte-se em conformismo real. (COUTINHO, 1972/2010, p.50).

No pensamento anticapitalista romântico, o conhecimento depende, principalmente, da intuição, ou seja, é resultado de vivências subjetivas imediatas. Assim, o irracionalismo nega a burocratização e o formalismo que estão presentes em tradições como o positivismo e outras, que aparecem em outras conjunturas. Da centralidade da subjetividade, surgem a afirmação da impossibilidade de se explicar a realidade e o abandono da razão objetiva. O movimento romântico acaba por transformar uma situação particular em condição humana natural impossível de se ultrapassar. Trata as misérias individuais causadas pelo capitalismo não como resultado de um momento específico da humanidade, mas como característica universal da humanidade. Dessa universalização das condições sociais particulares criadas no capitalismo, resultam traços gerais como conformismo e pessimismo com relação às possibilidades de transformação das relações sociais humanas. Assim, em última instância, o irracionalismo acaba em uma apologia indireta da ordem burguesa (NETTO, 1978; COUTINHO, 1972/2010).

Como aponta Lukács (1968/2010), o irracionalismo também promove a barbárie capitalista. O irracionalismo recorre aos piores instintos humanos que se explicitam no homem submetido ao sistema capitalista em crise. Este é o resultado filosófico da destruição da razão e da renúncia à história e ao movimento dialético (COUTINHO, 1972/2010).

Já a postura agnóstica é a outra face da moeda: se firma nos períodos de expansão e estabilidade capitalista e tende à apologia direta ao sistema burguês. Um dos traços presentes da razão agnóstica é o empenho em limitar o conhecimento dentro de esquemas formais (epistemológicos e metodológicos) de ciências especializadas, fragmentadas e instrumentais para a reprodução capitalista. Afastam-se das contradições reais e buscam leis e fórmulas universais que desconsideram a historicidade dos fatos, ignorando ou fetichizando todas as contradições existentes na ordem capitalista (COUTINHO, 1972/2010; LACERDA JR., 2010).

A filosofia aparece aqui como espécie de reguladora dos limites das ciências e apresenta uma recusa aos estudos ontológicos e a ética. À apropriação de objetos sem contradições pelo pensamento, adiciona-se uma “razão” que entende que a compreensão do ser como totalidade e em sua essência como impossível de se alcançar. Dessa forma, a pauperização da razão ou a “miséria da razão” acaba num agnosticismo que mistifica e encobre a realidade pois não ultrapassa manifestações empíricas imediatas da realidade. O agnosticismo é o correlato do “sentimento do mundo” produzido em uma fase do capitalismo marcada pela expansão da burocratização da práxis individual cotidiana (COUTINHO, 1972/2010).

A “racionalidade” burocrática caracteriza-se por tratar de modo formal - segundo regras abstratas que não levam em conta nem o conteúdo nem a finalidade humana dos meios utilizados- tudo aquilo com que entra em contato. Esse tipo de racionalidade, como veremos posteriormente, desempenha um destacado papel na práxis técnica, na dominação da natureza. O capitalismo, todavia, por meio inicialmente das leis do mercado e posteriormente da manipulação das consciências, tende a aplicar essa racionalidade parcial, formalista, também à vida social. Trata-se de uma tendência espontânea, paralela à fetichização de todas as relações humanas no quadro da sociedade burguesa. (COUTINHO, 1972/2010, p.52).

Há a tendência ao conformismo e ao formalismo que fetichizam a estabilidade social e ignoram o movimento histórico necessariamente provocado pela permanência de contradições sociais no mundo capitalista. Tal postura gera nas ciências um empobrecimento teórico e fragmentação do real. (COUTINHO, 1972/2010).

Para que se seja possível visualizar de forma mais concreta, é interessante apresentar o esquema temporal elaborado por Netto (1978) sobre a história complexa e heterogênea do irracionalismo moderno.

O primeiro momento do irracionalismo moderno, que prepara o giro para o processo de decadência ideológica, se manifestou entre 1789 e 1848 e teve como seus maiores expoentes Schelling, Schopenhauer e Kierkegaard. Schelling, por exemplo, aproveitou tendências místico-irracionalistas que já existiam de forma nascente em expressões do pensamento burguês e liquidou a dialética presente em pensadores do período clássico. Já Schopenhauer se prendeu ao idealismo subjetivo pré-schellingiano e inaugurou a apologia indireta do capitalismo que resulta da interpretação das contradições capitalistas como traços inerentes da existência humana. Aí reside o núcleo de sua filosofia pessimista. Kierkegaard deu o último passo para a construção do irracionalismo moderno ao propor uma pseudodialética subjetivista (NETTO, 1978).

Após as crises que eclodiram nos movimentos de 1848, houve certa estabilidade no desenvolvimento capitalista na Europa. A burguesia, sob os efeitos do processo de decadência

ideológica, elabora a mais importante expressão do racionalismo agnóstico: o positivismo. Depois da bonança capitalista, já sob os influxos do imperialismo, a burguesia entrou em um momento de grande barbárie, marcado por guerras e grandes perdas humanas. A desumanidade presenciada no período das grandes guerras imperialistas refletiu-se na arte, na filosofia e na ciência. Neste período retornam posturas que marcaram o pensamento irracionalista pré-1848: crítica à ordem, sem levar em conta a historicidade da realidade social e conversão de um momento histórico de crise em condição universal da humanidade (COUTINHO, 1972/2010; NETTO, 1978; LACERDA JR, 2010).

Netto (1978) aponta que a principal expressão do irracionalismo na fase imperialista do capitalismo foi o pensamento de Nietzsche: “a característica peculiar de Nietzsche consiste em criar uma ideologia aglutinadora para todas as tendências decididamente reacionárias do período imperialista (NETTO, 1978, p.50). A pseudo-objetividade de sua filosofia apresenta os componentes ideológicos utilizados no irracionalismo de 1789 a 1848 e os enriquece com o ateísmo religioso, a exaltação da intuição e o aristocratismo. A filosofia de Nietzsche deu base para o surgimento dos trabalhos de Jaspers, Heidegger e outros.

No século XX vemos um o período de expansão capitalista e relativa estabilidade. Foi a época do Estado de Bem-Estar Social, e do predomínio de processos manipulatórios voltados à criação de necessidades artificiais para promover o aumento do consumo. As ciências passam a defender uma pseudo-objetividade com mitos e intuição como forma de conhecer (LARA, 2013). Há também um salto no desenvolvimento científico e tecnológico e maior interação deste com o consumo das massas. Daí as bases para um novo período de ilusão de que as crises tinham acabado. Há a emergência de um predomínio do agnosticismo com o neopositivismo e, posteriormente, o estruturalismo e que se estende nas décadas a frente (COUTINHO, 1972/2010; LACERDA JR., 2010).

Sobre os limites do agnosticismo anterior, floresce uma estruturação filosófica em torno do irracionalismo que mostra sua impossibilidade social e teórica de defesa da ordem social dominante, e que também não questiona o modo de produção capitalista, mas faz emergir uma falsa solução, a terceira via. (LARA, 2013, 96).

Como argumenta Lara (2013, p.95): “a concepção teórica expressa-se no agnosticismo, que derrui a crença no poder da razão de conhecer a essência verdadeira do mundo, levando a reflexão a abandonar as grandes temáticas sócio-históricas”. As relações sociais de produção e reprodução e o desenvolvimento histórico e econômico são desconsiderados em seu caráter

transitório na formulação de categorias e se afasta progressivamente do domínio da racionalidade (LARA, 2013).

Em suma, a processo decadência ideologia da burguesia é expressão dos efeitos do fim do momento heroico da burguesia revolucionária, que se deu após seu estabelecimento como classe dominante. As produções ideológicas elaboradas desde a perspectiva da burguesia foram marcadas pelas necessidades de apologia e legitimação do sistema de produção capitalista. Portanto compreender o mundo real, suas relações e contradições, não figura mais entre os interesses da classe burguesa, (COUTINHO, 1972/2010; LACERDA JR, 2010; LARA, 2013).

Neste capítulo, partiu-se do surgimento e desenvolvimento da categoria ideologia, a qual ganha grande importância, especialmente dentro de correntes marxistas, para o estudo dos processos sociais. Sinalizamos ainda, como a ideologia foi estudada por Lukács, quem amplia a compreensão da categoria e apresenta como ênfase o estudo da função social que ideias têm na realidade social. A partir daí, avançou-se na compreensão de processos ideológicos problematizando o processo de decadência ideológica da burguesia.

A análise sobre ideologia e decadência ideológica nos permite entender o processo histórico de desenvolvimento e surgimento do campo psicológico. Como a psicologia moderna nasce no final do século XIX, a decadência ideológica já está em curso e é decisiva no processo de construção da psicologia. Como isso se dá é que será analisado no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2 – PSICOLOGIA: SURGIMENTO APOLOGÉTICA À ORDEM**

### **2.1 Surgimento da psicologia e a história contada**

No capítulo anterior abordamos o processo de desenvolvimento e surgimento da categoria ideologia e como um autor marxista a analisou. Descreveu-se o processo de decadência ideológica, de modo a clarificar o processo de desenvolvimento do pensamento burguês após o período clássico, isto é, após a burguesia se tornar classe dominante. Como manifestações da decadência ideológica destacamos as posturas irracionalistas e agnosticistas, cuja predominância depende do momento do desenvolvimento capitalista (LUKÁCS, 1968/2010; COUTINHO, 1972/2010; LACERDA JR., 2010).

A partir daqui nos interessa entender como ideologia e decadência ideológica podem servir para se compreender a Psicologia na história. Portanto, o capítulo tem como objetivo central apresentar análises que articulam Psicologia e ideologia, em especial sua relação com a decadência ideológica que marca as ciências sociais após 1848. Trata-se de pensar como a

ordem burguesa influenciou o surgimento da psicologia para problematizar a situação da psicologia no mundo do capital.

Citando Ianni, Yamamoto (1987) aponta para a impossibilidade de se compreender a constituição das ciências fora de uma perspectiva histórica e sem levar em conta a ciência como uma forma de poder e/ou força produtiva. Dessa forma, quando se pensa a constituição da psicologia como uma ciência autônoma, é preciso analisar sua relação com determinado momento histórico e social.

A história contada por diversos historiadores da psicologia presente em manuais tradicionais da psicologia hegemônica buscam afirmar que as preocupações levantadas pela psicologia aparecem desde a origem da humanidade. Portanto, o surgimento da psicologia enquanto ciência seria o ápice de desenvolvimento de questionamentos humanos antigos, já que por meio da “nova” ciência seria possível explicar a essência humana por meio de experimentos e dados empíricos (PARKER, 2014; LACERDA JR., 2010). Assim, estamos falando de uma história presentista que descreve a história da psicologia como sucessão de acontecimentos lineares que teriam seu primeiro momento na filosofia grega da Antiguidade e saltado qualitativamente com a cientificidade moderna. Essa evolução é entendida como uma realização intelectual da humanidade, de maneira, que são colocados como secundários ou não mencionados os acontecimentos históricos, econômicos (LACERDA JR., 2010).

Os livros e manuais de história da psicologia definem como ponto de início da psicologia como ciência moderna a criação do laboratório experimental de Leipzig por Wilhelm Wundt em 1879. Considera-se este o marco em que a psicologia se desvencilha da filosofia, tal como outras ciências modernas que, a partir dos séculos XVI e XVII, se tornam parcelares e livres de filosofia. Assim, o desenvolvimento e a evolução do conhecimento são explicados como certa área de estudo foi se constituindo de maneira autônoma, sem considerar os acontecimentos históricos (YAMAMOTO, 1987).

Parker (2014) aponta que definir a origem da Psicologia na Grécia Antiga é contar uma lenda que faz com que a disciplina pareça mais antiga do que realmente é. Segundo o autor, o surgimento da psicologia moderna se dá, de fato, no século XIX, momento de grandes mudanças sociais nas relações entre propriedade, família e Estado, sobretudo, na Europa. Tais transformações abriram caminho para a necessidade e a possibilidade de uma nova disciplina que atua em favor da manutenção da ordem social focando a esfera individual.

O crescimento do capitalismo na Europa implicou em uma mudança fundamental no modo como cada pessoa compreenderia seu lugar no mundo. Os proprietários das novas

indústrias tinham que acumular capital suficiente para construir fábricas e empregar trabalhadores. [...] As pessoas foram, então em cada momento de sua atividade separadas, colocadas contra seus rivais e convenceram-se, cada vez mais, de que seus planos de crescimento eram sua própria propriedade privada. (PARKER, 2014, p.20).

Enquanto isso, os trabalhadores tiveram que competir uns com os outros para vender sua força de trabalho para ganharem dinheiro para si e suas famílias sobreviverem. O trabalho e criatividade tornaram-se algo que eles passaram a experimentar como algo possuído por eles, até o momento em que fossem vendidos para alguém. (PARKER, 2014, p.20)

O fim século XVIII foi o período em que inauguram-se novas formas de se conceber o conhecimento, adequando-o aos imperativos do desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, o que existe de mais problemático nas ciências modernas, inicia-se no fim do século XIX, quando as ciências passam por um processo de fragmentação, o objetivo deixa de ser a busca pela verdade e o que predomina é a apologética ao capital. É isto que opera como influência decisiva na construção da Psicologia (PARKER, 2014).

Também se encontra uma concepção diferente sobre a origem da Psicologia em Lacerda Jr. (2010). Este aponta que a consideração da totalidade da obra de Wundt, inserida em seu momento histórico, possibilita questionar leituras parciais de sua obra e do “início” da Psicologia:

Ao invés de encontrar a psicologia experimental e introspeccionista que, usualmente, é retratada pela psicologia hegemônica, o que as leituras de Wundt realizadas por Danziger (1979; 1998) e Figueiredo (1986) revelaram é uma obra cheia de contradições e na qual há um Wundt opositor da introspecção e cético quanto ao experimentalismo, especialmente o tipo de experimento de laboratório que predominou nos EUA no século XX. (p.117-118).

A psicologia de Wundt fazia parte de um debate no interior da filosofia e foi elaborado como resposta a diversas questões postas pelo sistema kantiano. As definições wundtianas de psicologia enquanto ciência empírica e ao mesmo tempo transcendental faziam parte da discussão filosófica da sua época. Ainda assim, suas elaborações foram reduzidas a um aspecto único de sua obra: fazer da psicologia uma ciência. Daí vem a ideia de que Wundt teve vários estudantes, mas nenhum discípulo e que o desenvolvimento e nascimento da psicologia do século XX na verdade foi marcado pela rejeição e descontextualização de aspectos decisivos da obra de Wundt (LACERDA JR., 2010).

A psicologia era, para Wundt, uma resposta aos problemas existentes dentro do debate filosófico. Portanto, como coloca Lacerda Jr. (2010), a psicologia enquanto uma ciência independente não foi uma criação de Wundt, mas algo posterior, em especial quando o centro de produção da psicologia enquanto ciência migra da Europa para os Estados Unidos. Já no fim

do século XIX, existiam diversos ex-alunos de Wundt nos Estados Unidos reproduzindo apenas uma parte de suas contribuições teóricas e criando laboratórios de Psicologia por todo o país (LACERDA JR., 2010). O processo de deslocamento decorre principalmente da migração de intelectuais produzida por duas guerras mundiais que assolaram, em especial, a Europa. Além disso, após as guerras, os EUA tornam-se a principal potência do imperialismo (LACERDA JR., 2010).

Outro elemento decisivo no contexto pós-guerras foi a hegemonia do irracionalismo no pensamento europeu, enquanto nos EUA cresciam as correntes racionalistas agnósticas. Estas possibilitam a retomada e o avanço do modelo positivista como o fundamento da construção da psicologia como uma ciência legítima e útil na América do Norte. É interessante ressaltar que a questão central com relação ao positivismo gira em torno do método. Para o positivismo, o estudo de um objeto específico tem sua cientificidade garantida por meio da metodologia utilizada no estudo (LACERDA JR., 2010).

Titchener é um dos primeiros a adequar a Psicologia aos pressupostos positivistas. Posteriormente, como aponta Lacerda Jr. (2010), a hegemonia do positivismo se completa com o “giro behaviorista” na psicologia. Mais do que uma processo de virada na psicologia que eliminou a consciência como objeto, o que houve foi uma radicalização da articulação entre positivismo e Psicologia nos EUA. Em resumo:

As diferenças entre funcionalismo e estruturalismo, ambos os projetos compartilhavam diversos pressupostos comuns: a psicologia era tomada enquanto ciência natural, assim como seu objeto era reduzido às bases biológicas da consciência. O sistema psicológico de Wundt, produto de uma cuidadosa elaboração teórica, é perdido tanto no estruturalismo de Titchener (Danziger, 1979), quanto na tradição funcionalista que teve como uma de suas principais marcas a assistemática (Ferreira & Gutman, 2006). No entanto, o processo de eliminação do sistema teórico de Wundt foi apenas o primeiro episódio de um processo de eliminação de todo e qualquer sistema teórico que não correspondesse aos pressupostos teóricos implícitos que caracterizaram o que Wertheimer (1977) chamou de “amadurecimento do método empírico” ou que Danziger (1998), em termos mais críticos, chamou de “metodolatria”. (LACERDA JR., 2010, p.136).

A psicologia, desde o seu início, configurou-se apartando a pesquisa do mundo real. Desde os primeiros experimentos de Wundt até as concepções positivistas, a preocupação estava ligada com a metodologia ou a descrição minuciosa de processos de consciência em condições laboratoriais. A Psicologia, no início do século XX, esteve preocupada em demonstrar a sua cientificidade com métodos que definiam suas pesquisas. Por outro lado, buscava legitimidade social prometendo ser capaz de prever e controlar o comportamento humano (PARKER, 2014). Assim, a Psicologia se desenvolve e se legitima dando resposta às demandas

do sistema burguês: “a teoria psicológica sempre é uma criança de seu tempo e as teorias adaptam-se e sobrevivem no mercado intelectual na luta pela sobrevivência das ideias mais aptas para o capitalismo” (PARKER, 2014, p.31). Trata-se de alcançar legitimidade por meio de uma aliança com um setor específico da sociedade norte-americana, aquele que tira vantagem do tecnicismo e da transformação de problemas sociais em individuais (LACERDA JR., 2010).

Como afirma Parker (2014), a psicologia legitimou-se reafirmando o individualismo e normalizando comportamentos e regras sobre o que o mundo e o indivíduo deveriam ser. A psicologia não trata apenas de indivíduos, mas é uma maneira de teorizar e controlar as relações sociais colocando o indivíduo no centro e o fragmentando em partes mensuráveis. A questão central não é que isso gera teorias falsas, mas sim que funciona tão bem que contribui para naturalizar situações completamente desumanizantes, porém essenciais na manutenção do sistema burguês.

Todavia, não basta reconhecer as ontologias fictícias produzidas pela psicologia, é preciso analisar o processo histórico pelo qual estas ontologias se tornaram hegemônicas na vida cotidiana, produzindo explicações sobre o devir humano. De acordo com Parker (2007a), é este último elemento que torna necessário problematizar seriamente a psicologia. (LACERDA JR., 2010, p.110)

Portanto, como afirma Lacerda Jr. (2010) é necessário que se realize dentro da psicologia um esforço de ir além dos julgamentos sobre verdades ou mentiras na disciplina, mas analisar a função social que exercem em seu processo histórico de formação. Esta é tarefa impar para entender certos processos e ideias naturalizadas. Contudo, é necessária uma história que parta da realidade e dos fenômenos econômicos e sociais e que consideram o ser humano na sua historicidade. No próximo tópico trataremos mais especificamente sobre a relação íntima entre psicologia e decadência ideológica. O argumento é que o surgimento da psicologia teve como seu momento predominante a apologética do capitalismo.

## 2.2 A psicologia e os traços da decadência ideológica

Até aqui reafirmou-se o que Yamamoto (1987) destacou: as raízes da sociedade capitalistas do século XIX portam o segredo para se compreender as origens da psicologia e sua forma de entender e atuar sobre a realidade, em especial suas tentativas de controle do comportamento individual. A partir do que afirmamos sobre o início da psicologia, podemos discutir a tese

descrita por Lacerda Jr. (2010), de que o momento predominante no desenvolvimento da psicologia foi a apologética ao sistema burguês. A apologética está presente nas diversas correntes da psicologia, tanto teorias que se aproximam do irracionalismo, quanto aquelas que são influenciadas pelo agnosticismo positivista. Este é o ponto comum entre as diferentes correntes da psicologia e torna possível a unidade na diversidade de vários projetos teóricos na psicologia.

Os projetos de ciência psicológica inaugurados no final do século XIX são diferentes entre si. Vão de propostas ou ideias sobre a “psiquê” ou a “alma humana” até tentativas modernas de entender o sujeito, sua natureza e especificidades. A autoatividade humana foi uma questão central do pensamento burguês em seu momento clássico. Isso apareceu nas grandes mudanças que ocorreram durante o Renascimento colocando o ser humano no centro de indagações científicas e filosóficas (LACERDA JR., 2010).

Entretanto, com a entrada na burguesia em seu momento de decadência ideológica, a ciência não é mobilizada pela busca do entendimento da autoatividade humana. A aproximação à autoatividade humana é governada pelo imperativo de domesticá-la e de produzir explicações convenientes aos interesses da classe burguesa (LACERDA JR., 2010).

Os diferentes projetos iniciais na história da Psicologia, inclusive o de Wundt, manifestam traços importantes do processo de decadência ideológica, ainda que não fossem tão evidentes como as elaborações que aparecem após o “giro behaviorista”. Isso ocorre porque se localizam no momento de transição entre o pensamento burguês clássico que realizou diversos avanços e o pensamento apologético decadente. Lacerda Jr. (2010) comprova este argumento retomando algumas características do pensamento wundtiano:

O projeto wundtiano mantém-se estritamente no terreno da gnosiologia, na centralidade do sujeito. Isso significa que Wundt era herdeiro de todas as tentativas precedentes de compreensão da autoatividade humana. Mas, Wundt estuda a autoatividade humana em um contexto muito específico, em uma época, na qual, o pensamento moderno subordinava as tentativas de compreensão da autoatividade humana ao combate a todas as forças antagonistas da ordem regida pelo capital e pela busca de impossibilitar que o pensamento caminhe rumo a conclusões socialistas. Como se destacou anteriormente, um momento crucial desse processo é a compartimentalização das ciências que, por sua vez, impossibilita o conhecimento da totalidade e, portanto, elimina toda possibilidade de compreender o movimento real do ser social ou de qualquer um dos complexos parciais que fazem parte dele. (p152).

Convém destacar aqui que o que se perde nesse processo de construção do pensamento no momento de decadência, são as noções mais gerais do que compõem e caracterizam a atividade

e a história humanas: a consciência individual é tomada desligada de determinações sociais e, com isso, aparece um conhecimento deformado e deformador, pois nasce marcada pela decadência ideológica (LACERDA JR., 2010).

Parker (2014) ainda afirma que é possível ver durante toda a história da psicologia diversos exemplos que explicitam os interesses da classe dominante predominando na disciplina. No caso da psicologia do trabalho, o comprometimento é com os empregadores e a orientação da intervenção é almejando maior lucratividade em detrimento das necessidades dos trabalhadores ou da promoção da possibilidade de coletivização da produção. A psicologia favorece o sistema burguês ao colocar o indivíduo como o centro de todos os processos sociais dificultando a tomada de consciência sobre o que se passa na sociedade de forma mais geral. Adaptar-se às mudanças do capital e adaptar os indivíduos para existirem nessa sociedade são máximas, conscientes ou inconscientes, da Psicologia.

É o psicólogo que vai nos dizer o que é ser autenticamente humano e limitará o que somos à experiência permitida. A disciplina ainda funciona como, então como um aparato de controle social que ratifica determinados arranjos sociais e concepções de *self*. (PARKER, 2014, p. 141).

Apesar da psicologia ter diversas vertentes e teorias que, aparentemente, são contraditórias (como a oposição entre behaviorismo e vertentes humanistas), elas estão fixadas no mesmo terreno ideológico. A psicologia que se desenvolve nos séculos XIX e XX não só naturaliza as divisões de classe sociais, mas serve como instrumento de dominação para a classe dominante. A diversidade teórica apenas indica as diferentes possibilidades de dominação e alienação que existem no capitalismo. Na medida em que compreender a realidade social em sua totalidade se torna algo cada vez mais contraditório com o desenvolvimento das ciências parcelares, a Psicologia tem seu desenvolvimento cada vez mais fortalecido no decorrer do século XX (LACERDA JR., 2010).

Este também é o caso de psicólogos que se encontram dentro de correntes pós-modernas e que trabalham com a impossibilidade de se conhecer a verdade, para quem tudo é relativo e que colocam de lado questões sobre exploração, classe sociais e propriedade privada no capitalismo. Esse tipo de psicologia “permanece da superfície da autoimagem do capitalismo contemporâneo, servindo para esconder os profundos problemas estruturais” (PARKER, 2014, p. 86). O projeto pós-moderno reproduz temas como o “fim da ideologia” e “fim da história”, já criticados no capítulo anterior.

Finalmente, é possível afirmar que a apologética é tão intrínseca à psicologia, que mesmo as conquistas do período clássico do pensamento burguês aparecem como problemas que devem ser abandonados ou rejeitados. A psicologia enquanto ciência moderna independente sustenta conscientemente uma oposição às mais importantes filosofias burguesas. Isso é acompanhado pela fidelidade à ideologia da classe dominante, isto é, à defesa da ordem social existente e o seu aprimoramento propondo novas maneiras de aumentar eficiência e controle social ou de reforçar o individualismo e ocultar determinações decisivas do ser social (PARKER, 2014; LACERDA JR.,2010)

Em síntese, a psicologia nasce respondendo necessidades da classe dominante que busca justificar e explicar a subjetividade em consonância com os imperativos da sociedade capitalista. Desde a sua gênese, a Psicologia renuncia à possibilidade de um conhecimento totalizante sobre a subjetividade humana, pois é mobilizada pelas demandas de manutenção da classe dominante. Ou seja, a disciplina psicológica (e suas várias vertentes) não é impulsionada pela tentativa de compreender a subjetividade humana, mas na necessidade generalizar e naturalizar a forma histórica de individualidade do capital como a única possibilidade de existência humana.

Entretanto, a psicologia não se constituiu sem embates e crises no seu interior. Na próxima sessão discutiremos alguns movimentos críticos ou alternativos à psicologia hegemônica.

### 2.3 Crise da psicologia e os movimentos de crítica no seu interior

Os processos revolucionários anticapitalistas que ocorreram ao longo da história moderna possibilitaram contestações à ideologia dominante e abriram espaço para a contestação da psicologia dominante. Movimentos revolucionários dão margem para questionamentos acerca das categorias utilizadas pela psicologia, mostrando como a separação entre individual e social não é real, por mais que certas teorias a afirmem. Cenários de insurgências sociais, como afirma Lacerda Jr. (2018), são a base de articulações entre psicologia e marxismo.

Parker (2014) cita, por exemplo, as rebeliões estudantis da França (1968), a Revolução Russa (1917), as lutas por libertação na América Latina e o feminismo estadunidense como alguns dos movimentos que fomentaram questionamentos aos fundamentos da psicologia dominante. Individualismo, elitismo e reducionismo foram problematizados por algumas correntes que apareceram nos citados contextos.

A Revolução de Outubro foi, segundo Parker (2014), um evento inesperado tanto para os marxistas mais tradicionais (acadêmicos) quanto para a classe dominante em que ocorreram mudanças em diversos âmbitos: artes, ciências e na vida cotidiana das pessoas. Apesar das mudanças que ocorreram entre 1917 e 1920, com o isolamento do regime houve a consolidação de tendências burocráticas lideradas por Stalin que instrumentalizaram o marxismo como ideologia oficial de Estado para justificar sua violência e seus giros burocráticos. Além disso, houve inúmeros retrocessos sociais na vida cotidiana, com a retomada de complexos ideológicos conservadoras como família e nação (PARKER, 2014; LACERDA JR., 2018).

Contudo, o momento revolucionário possibilitou o surgimento de novas ideias na Psicologia. Este é o caso da psicologia desenvolvida por Vygotsky, que contestava as noções fixas de infância e desenvolvimento humano. A própria linguagem, passa de simples processo de comunicação que surge do interior dos sujeitos para um processo social determinado coletivamente. Parker (2014) afirma que é interessante notar a diferença entre o tipo de psicologia desenvolvida nos textos dominantes nos Estados Unidos e Europa e a psicologia desenvolvida por Vygotsky na Rússia. Nesta:

Uma teoria da linguagem foi fundida com uma teoria do desenvolvimento, dando lugar a uma imagem inteiramente nova sobre o ser humano como um ser profundamente social; tratava-se de uma psicologia revolucionária. (PARKER, 2014, p.168-169).

É importante frisar que a teoria desenvolvida por Vygotsky estava intimamente ligada ao contexto revolucionário, quando era impossível pensar o ser humano isolado do contexto social. Segundo Parker (2014), seu estudo tinha como foco as relações dialéticas e históricas, mas encontrou dificuldades para se desenvolver depois que o governo stalinista lança sua política de terror e provoca mudanças na sociedade soviética. De forma geral, Parker aponta que a União Soviética, apesar dos problemas com o sistema stalinista, influenciou diversos movimentos de crítica e luta no mundo. Trata-se de processo contraditório e paradoxal: o stalinismo funcionou como condição e impedimento para as movimentações da esquerda.

As vertentes dogmáticas stalinistas, segundo Lacerda Jr. (2010), produziram abordagens dentro da psicologia sob o influxo da ideologia “marxista-leninista”, que apontavam a psicanálise como resultado da degeneração burguesa, enquanto fetichizavam reducionismos biologicistas fundados na reflexologia pavloviana. Apesar disso, apareceram na Psicologia vários trabalhos inspirados pelo instrumental teórico-metodológico marxista (PARKER, 2014).

Outro movimento que influenciou no surgimento de novas concepções dentro da psicologia foram as rebeliões de estudantes e trabalhadores da França em 1968 e que

influenciaram outras rebeliões ao redor do mundo. Dentro do cenário francês, Parker (2014) aponta os trabalhos de Foucault, central para pensar criticamente a Psicologia.

Foucault demonstrou como uma explicação psicológica era parte do problema e como ela obscurecia o que realmente estava em jogo. [...] Apesar de todos os problemas no trabalho de Foucault, ele oferece um recurso conceitual para renovar políticas genuinamente revolucionárias e mostra como o destino da subjetividade individual está ligado com o processo social (PARKER, 2014, p.174-175).

Um outro exemplo dado pelo autor é o feminismo de segunda onda e sua influência sobre a Psicologia, em especial a forma como relacionou a vida cotidiana com as lutas políticas. Críticas foram realizadas a estudos que naturalizavam uma suposta natureza feminina e materna, a partir de estudos com macacos, como se mulheres humanas oprimidas ideologicamente estivessem mais próximas de um estado “primitivo” (Parker, 2014).

Um último exemplo importante que Parker (2014) cita são movimentos de crítica à Psicologia enquanto explodiam movimentos revolucionários na América Latina na década de 1980. Um representante importante deste movimento foi Martin-Baró, quem contestava a psicologia tradicional e propôs uma psicologia libertação diante da realidade de pobreza e opressão em El Salvador. O autor propõe um movimento de desideologização e a sua obra era expressão, na Psicologia, de uma tradição de pesquisadores que questionaram suas realidades.

Esta tradição de trabalho inclui Paulo Freire no Brasil, Orlando Fals Borda na Colômbia e Maritza Monteiro na Venezuela, e ela modificou para onde devemos olhar, enquanto psicólogos, para encontrar o conteúdo real da psicologia. (PARKER, 2014, p.182).

Com esses exemplos é possível ver que as condições históricas potencializam certos movimentos na ciência psicológica que buscaram ultrapassar a miséria da razão e o irracionalismo. Em contextos de ofensiva de levantes sociais catalisa-se o surgimento de críticas e teorias que contestam o pensamento hegemônico na Psicologia colocando novas categorias em jogo. Contudo, segundo Parker (2014), não existem garantias de que ideias com potencial revolucionário caminharam nesse sentido após o seu aparecimento.

Com a derrota das ofensivas proletárias dos anos 1960, nascia a agenda pós moderna. Wood (1999) nota que os teóricos pós-modernos descendem do período de prosperidade do capital que perdurou até os anos 1960, de uma camada intelectual formada nos anos dourados do capitalismo e que viu a capacidade do sistema de sobreviver a explosões de rebeldia e de luta. Entre eles predomina a crença no triunfo do capitalismo e de que se chegou a uma nova época em que o iluminismo morreu, meta-narrativas ou ideologias perderam relevância e o movimento operário não é mais uma força opositora. (LACERDA JR., 2010, p.314).

O que ficou conhecido como psicologia crítica aparece, após o esgotamento das movimentações e lutas do século XX, em especial a partir da década de 1980. Falar em psicologia crítica é complicado, pois existem vários campos que se denominam críticos. Não existe uma corrente teórica específica que une o termo e nem um projeto de sociedade único. Mas, de forma geral, coloca-se como denominação que abarca propostas dentro da psicologia que se dizem contrárias à psicologia hegemônica e que realizam críticas da sociedade e da ciência (LACERDA JR., 2010; 2013).

A Psicologia Crítica aparece como resposta à crise da psicologia que tem seu início na década de 1960. Crise que se deu de forma mais incisiva nos EUA e Europa nas décadas de 1960 e 1970, enquanto na América Latina chega com mais força no fim da década de 1970 (YAMAMOTO, 1987; LACERDA JR., 2010).

O termo abarca desde análises de processos psicossociais opressivos – racismo, sexismo, exploração, etc. – até a elaboração teórica de propostas alternativas à chamada “psicologia dominante”. Neste último caso, podem ser encontrados trabalhos sobre construcionismo social, psicologia cultural, teoria crítica, etc. (LACERDA JR., 2013, p.2)

Lacerda Jr., (2013) ainda explicita a presença de duas vertentes diferentes dentro do termo “psicologia crítica”: 1) o pós-estruturalismo/pós-modernismo e seu apelo subjetivista que rejeita as contribuições marxistas em favor de teses irracionistas; 2) correntes influenciadas pela tradição marxista e que buscam a emancipação humana. A primeira, por seu foco na subjetividade como único meio para se conhecer não vai além dos limites do pensamento burguês, sendo reflexo da decadência ideológica da burguesia, em sua postura irracionista que realiza apologética indireta a ordem.

Lacerda Jr. (2013) nomeia a segunda como psicologia crítica insurgente, pois expressa tentativas de ultrapassar os limites do pensamento dominante e se apoia nas contribuições da tradição marxista. Aqui as críticas tem suas bases nos processos históricos de luta da classe trabalhadora. Aponta que nessa perspectiva existem vários trabalhos desde o século XX que tentam fazer e processo de aliança entre os setores mais explorados da sociedade e psicologia, tendo no marxismo grandes contribuições, indo de trabalhos que pudessem compor a luta socialistas a críticas internas a psicologia. Vygotsky é um dos exemplos dos autores que articulam, de forma direta, psicologia e socialismo. Contudo, há também:

Neste campo, há obras que, ainda que não tratem diretamente de socialismo, criticam e lutam contra o capitalismo e elaboraram ideias e práticas críticas na psicologia por meio do diálogo com o marxismo: Holzkamp (1991) refletiu sobre a ampliação do controle e da participação consciente de sujeitos no processo geral de reprodução social de suas condições de vida; Ratner (2012) elaborou uma Psicologia Macrocultural com a finalidade de identificar como a cultura organiza fenômenos psicológicos e, assim, pensar processos de mudança social com a finalidade de superar problemas psicológicos. Lucien Sève (1979) afirmou que a psicologia pode contribuir ao socialismo questionando mistificações ideológicas sobre os seres humanos e sua personalidade e estudando as complexas mediações entre os movimentos gerais da sociedade e a constituição de individualidades concretas. Martín-Baró (1987/1998), em sua psicologia da libertação, afirmou que o fatalismo – um processo psicossocial produzido em relações sociais de exploração – só pode ser desenvolvido mediante uma “prática de classe”. (LACERDA JR., 2013, p.7-8)

Esta vertente aponta de maneira direta as limitações do capitalismo e a urgência de supera-lo. Seus proponentes assumem uma posição diante da luta de classes, apontando a classe trabalhadora como sujeito do processo revolucionário e não caem nas ilusões que apostam em transformações pela subjetividade, pois consideram os processos históricos e sociais na construção da individualidade (LACERDA JR., 2013).

De acordo com Lacerda Jr. (2010), uma parte da psicologia crítica foi muito influenciada por correntes pós-modernas, na medida em que se afastaram das correntes marxistas. Estas buscam a análise objetiva da realidade entendida como totalidade dialética. Em especial, há um predomínio de teses idealistas sobre subjetividade. O que mostra influência da incredulidade com relação ao marxismo fortalecida após a derrocada de regimes stalinistas marcados por autoritarismo burocrático. O cenário de derrocada do socialismo e de “vitória” do capitalismo fortaleceu as correntes “pós”. Esse processo de abandono do marxismo teve consequências para as ciências de forma geral, em especial a afirmação da incapacidade de se compreender a realidade e as possibilidades históricas de mudança (LACERDA JR., 2010).

Assim, a crítica feita por Lacerda Jr. (2010) mostra dois pontos: primeiro apesar de um regaste da tradição marxista mostra que, mais recentemente, o que ganhou mais relevância na ciência e em específico na psicológica foi a defesa de pensamento profundamente antimarxista, em especial em um contexto de neoliberalismo.

Sumariando o desenvolvimento da psicologia crítica trata-se de um momento particular no interior de uma ciência particular com diversas perspectivas teóricas que aponta para duas vertentes: uma primeira que agrupa correntes “que não são mais do que o contraponto teórico da generalização do fetichismo da mercadoria na vida cotidiana” (LACERDA JR., 2010, p.359); uma outra vertente crítica que busca se apropriar do marxismo para realizar discussões baseadas nos processos históricos e sociais de constituição do indivíduo (LACERDA JR., 2013).

Nos deteremos aqui em explorar como psicólogos olharam em determinado momento ou ainda olham para a categoria ideologia, profundamente marcada pelo marxismo. Que função é dada a ela e partindo de quais conexões teóricas? É interessante pensar sobre isso, Parker (2014) aponta que o processo de psicologização da exploração proposto pela psicologia traz consequências para a forma como compreendemos a ideologia. Segundo o autor, a ideologia aparece, na psicologia, reduzida à forma como as pessoas individualmente percebem o mundo, isto é, a ideologia é tratada como crenças a respeito da vida. Assim, as pessoas que têm visões consideradas equivocadas são apontadas como portadores de uma falsa consciência.

No próximo capítulo será dedicado a investigar como textos de psicologia trataram a categoria ideologia.

### **CAPÍTULO 3 – PSICOLOGIA E IDEOLOGIA: UMA INVESTIGAÇÃO NAS PRODUÇÕES PSI**

Com o objetivo de investigar como a psicologia<sup>2</sup> tratou a categoria ideologia foi realizado um levantamento bibliográfico buscando textos discutindo a relação ideologia e a Psicologia. A busca foi realizada nas bases de dados Scielo, PePetic, Indexpsi, assim como em referências bibliográficas de artigos sobre a temática. As palavras-chave utilizadas foram “Psicologia” e “Ideologia” usando os mecanismos de procura das bases dado entre outubro de 2020 e maio de 2021.

Encontramos na base “Scielo” um total de 35 artigos. Destes foram selecionados cinco. Na base “PePSIC” foram encontrados 16 artigos e seis foram selecionados. Finalmente, na plataforma “Indexpsi Periódicos” foram encontrados 50 trabalhos e destes apenas seis foram selecionados. Do total de trabalhos selecionados, cinco aparecem repetidos nas plataformas. O restante dos trabalhos fora encontrado em referências bibliográficas e citações de textos analisados.

Foram excluídos os trabalhos que abordam temáticas muito específicas como: ideologia de gênero, psicologia escolar, psicologia do trabalho, questões raciais, e políticas específicas de um local muito particular. Também excluímos aqueles trabalhos em que a palavra ideologia só aparecia citada no resumo e palavras-chave. Os critérios para inclusão foram textos que se

---

<sup>2</sup> Especialmente brasileira, pois dois trabalhos dos selecionados não são em língua portuguesa: Sloan, 2002; Carrillo & Rivera, 2008.

propusessem a discutir sobre a categoria ideologia e sua relação com a Psicologia, assim como textos voltados especificamente para o conceito de ideologia. Em um primeiro momento, por meio da leitura dos títulos e resumos foram selecionados 28 trabalhos. Contudo, excluímos seis trabalhos selecionados por dificuldade de acesso no período de pandemia (CAMPOS, 1980; GUARESCHI, 1982; GUARESCHI 1995; BRANDÃO, 2004; GUARESCHI, 2009) e um específico (PEIXOTO, 2011) foi excluído por não tratar da psicologia. Portanto, foram selecionados e analisados 22 trabalhos publicados entre 1979 e 2019.

Quadro 1 – Artigos que mencionam psicologia e ideologia

<b>Ano</b>	<b>Artigos encontrados</b>
1979-1989	Chomsky (1979); Soares (1980); Lane (1984a); Lane (1984b); Patto (1984); Gil (1985).
2000-2009	Guareschi (2000); Sloan (2002); Xavier (2002); Amatuzzi (2003); Franco (2004); Crochík (2007); Carrillo & Rivera (2008); Tassara & Ardans (2008).
2010-2019	De Sousa, (2011); Silva (2015); Euzébios Filho & Guzzo, (2015); Mendonça & Guzzo (2016); Euzébios Filho (2016); Guareschi, Rosa, Amon (2016); Morais & Lacerda Jr. (2019); Passarinho (2019).

Após o levantamento, foi construído um roteiro que orientou a leitura sistemática dos textos selecionados em ordem cronológica. O roteiro tinha cinco dimensões: 1) tipo do texto; 2) concepção de ideologia utilizada no texto; 3) se o texto apresentava definições explícitas de ideologia; 4) relação entre psicologia e ideologia apresentada no texto; 4) autores usados e mais citados nos textos; 5) diferenças entre os textos produzidos no fim do século XX e trabalhos publicados nas duas primeiras décadas do século XXI.

Antes de apresentar os textos, é importante problematizar a quantidade relativamente pequena de textos encontrados para um período de quase trinta anos. Podemos lançar algumas

hipóteses. Apesar das hipóteses que serão apresentadas, é preciso sinalizar que podem ter ocorrido problemas com a busca, a qual, com certeza, não foi exaustiva.

No entanto, pode-se hipotetizar que a reduzida quantidade de textos é produto da tendência – já anunciada por Eagleton (1997), Konder (2002) e Parker (2014) – de abandono da categoria ideologia nas ciências sociais após a ofensiva capitalista que sucedeu a derrocada das experiências socialistas no final do século XX e a hegemonia de tendências que adotam como máximas o “fim da história” ou o “fim da ideologia”.

Uma segunda hipótese tem relação com a discussão sobre a psicologia ter nascido e se desenvolvido respondendo necessidades materiais e ideológicas da burguesia em período de decadência ideológica (LÖWY, 1978; LACERDA JR., 2010; PARKER, 2014). Talvez, estudos sobre ideologia na disciplina sempre serão poucos, pois exigem críticas sobre a própria Psicologia.

Dito isto, a partir daqui será realizada a análise dos textos levantados a partir da leitura guiada pelo já mencionado roteiro. A exposição seguirá a ordem cronológica de publicação dos textos: em um primeiro momento, apresentaremos textos publicados no final do século XX; posteriormente, textos divulgados nas duas primeiras décadas século XXI.

### 3.1 Psicologia e Ideologia: a produção entre 1979 -1989

Nesse primeiro período, 1979-1989, encontramos um total de seis artigos (CHOMSKY, 1979; SOARES, 1980; LANE, 1984A; LANE, 1984B; PATTO, 1985; GIL, 1985). A maioria são trabalhos teóricos e somente o texto de Gil (1985) apresenta uma pesquisa empírica realizada com psicólogos de São Paulo.

Com relação às definições acerca da categoria ideologia quatro trabalhos (SOARES, 1980; LANE, 1984A; LANE, 1984B; PATTO, 1985) apresentaram definições explícitas de ideologia, enquanto os outros dois (CHOMSKY, 1979; GIL, 1985), apesar de não apresentarem definições nítidas, possibilitam elaborar hipóteses. A seguir, apresenta-se detalhadamente o conteúdo de cada publicação.

No artigo do Chomsky (1979), a palavra ideologia aparece algumas vezes, porém o autor não apresenta uma explicação detalhada do seu significado. Contudo, é possível perceber em trechos do texto o uso da palavra ideologia em um sentido negativo. A ideologia é entendida como o contrário de verdade e como ocultação da realidade, assim entendemos que, pelo exposto, o autor toma como sinônimas a noção de falsa consciência e falsidade. Concepção, segundo Konder (2002), mais próxima do Iluminismo. Chomsky (1979), em seu trabalho,

apresenta críticas ao behaviorismo de Skinner e Herstein e discute a falsidade ou veracidade da citada corrente. Assim, o termo ideologia aparece como falseador e como mecanismo da classe dominante para manter o status quo que atravessa teorias científicas. Por exemplo:

Confrontada com as afirmações racistas da antropologia do século XIX, uma pessoa racional faria dois tipos de questões: Qual é o estatuto científico dessas afirmações? e: A que necessidades sociais ou ideológicas elas servem? As questões são logicamente independentes, mas as do segundo tipo surgem naturalmente à medida que as pretensões científicas são solapadas. No caso da antropologia racista do século XIX a questão do estatuto científico não é mais considerada seriamente e não é também difícil de perceber qual a sua função social. (CHOMSKY, 1979, p. 9)

O autor problematiza o behaviorismo como aparato que tem por objetivo modelar e controlar o comportamento humano em favor de um suposto interesse comum. O autor destaca os problemas de tal concepção e afirma que suas bases aparentemente científicas, na realidade são marcadas por falseamento e naturalização da condição humana.

É possível que a esperança, o medo ou resignação induzidos pela proclamação de Skinner resultem, em parte, de tais afirmações acerca da inevitabilidade do progresso científico em direção à demonstração de que todo controle é exercido pelo ambiente, e que a habilidade do “homem autônomo” e escolher é uma ilusão. (CHOMSKY, 1979, p.12).

Se examinarmos mais cuidadosamente o que a história e a experiência revelam verificamos que quando se permite o livre exercício de uma combinação de rudeza, astúcia, subserviência e as demais qualidades que garantem o “sucesso” nas sociedades competitivas, então aqueles que possuem tais qualidades chegarão ao topo e usarão sua rudeza e poder para preservar e ampliar os privilégios que eles alcançaram. Eles também construirão ideologias para demonstrar o resultado justo. Encontraremos também, contra doutrina behaviorista e a ideologia capitalista (da variedade não tautológica), que muitas pessoas frequentemente agem não apenas, ou mesmo primariamente, para obter ganhos materiais ou mesmo para obter aplausos. (CHOMSKY, 1979, p.42).

O autor defende a tese de que Skinner e Herstein parte de pressuposições ideológicas da ordem capitalista e contribuem para sua manutenção, naturalização e adaptação.

A incapacidade de Herstein em ver que seus dados sugerem de imediato, é outra indicação de sua aceitação acrítica e aparentemente inconsciente da ideologia capitalista em sua forma mais grosseira. (CHOMSKY, 1979, p.46)

O passo crucial em seu “silogismo”, com efeito importa na declaração de que a ideologia da sociedade capitalista expressa traços universais da natureza humana, e que certas admissões implícitas relacionadas da psicologia behaviorista são corretas. (CHOMSKY, 1979, p.46-47).

É claro que, se as demissões de Herstein emprestadas da ideologia capitalista e das crenças behavioristas, são corretas, então as pessoas permanecerão ociosas ao invés de realizar tal trabalho a menos que haja provação e recompensa extrínseca. Mas não nos é oferecida qualquer razão pela qual devemos aceitar esta estranha doutrina. (CHOMSKY, 1979, p.47)

O autor faz críticas bem detalhadas à relação entre psicologia behaviorista e ideologia dominante. Em um momento, cita Marx, entretanto não apresenta explicitamente outros autores que fundamentam sua concepção. Contudo, é possível dizer que se trata de uma perspectiva crítica ao sistema capitalista.

A dissertação de Soares (1980) apresenta como diversos autores tematizaram a categoria ideologia. Também afirma que sua concepção de ideologia está no campo do marxismo, em especial parte das ideias de Althusser, Gramsci e Fassaert. Para o autor, os aspectos ideológicos da sociedade devem ser analisados a partir de instituições e aparelhos estatais, pois expressam a forma como o homem em sociedade representa a realidade em que vive.

Definiremos também a partir de agora, inspirados na proposta marxista de Robert Fassaert, a instância ideológica como a *análise do conjunto das práticas pelas quais os homens em sociedade representam o mundo em que vivem* (Fassaert, 1979 - pag 76) acrescentando que, por outro lado, visando clarificar tal proposta, não circunscreveremos a instância ideológica

*nos domínios nobres da fala e da escrita mas teremos em vista o conjunto dos domínios sociais em que de modo claro e consciente, como de modo tradicional e inconsciente, os homens em sociedade falam e agem ideologicamente.* (Fassaert, R. 1 919 - pag. 77)

Concretamente, tendo em vista iniciar um novo campo de investigação afeto ao psicólogo social, capaz de lhe fornecer uma nova perspectiva para todos os processos sociais já estudados por esta disciplina, poderemos começar investigando o que Gramsci chamou de infra-estrutura material da ideologia, em outras palavras, pela análise da estrutura e funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado - usado aqui no sentido althusseriano, ou seja, significando um.

*Certo numero de realidades que se apresentam ao observar imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas.* (Althusser 1978 – pag. 43). (SOARES, 1980, p.124).

No entanto, Soares (1980) faz a defesa de um sentido “neutro” de ideologia, isto é, a concebe como um conjunto de práticas que representam uma determinada sociedade, tendo sua maior expressão nas instituições presentes na sociedade. O autor ainda defende a ideologia como uma categoria essencial para pensar a psicologia social, apresentando diversas críticas à disciplina por ser a-histórica, fragmentada e importadora de teóricos dos EUA e estudos com foco em trabalhos de mensuração de objetos particionados. A categoria ideologia seria de grande importância para avançar na construção de uma psicologia social crítica, que não se pretende neutra e que parte de uma perspectiva histórica e que leve em conta as classes sociais e a dinâmica social como um todo.

Em dois artigos, Lane (1984a; 1984b) trata da temática da ideologia de maneira direta. No primeiro, Lane (1984a) define a ideologia como representações que o homem elabora sobre o homem, sociedade e a realidade, ou seja, sobre aspectos da vida que são carregados de valores sobre certo-errado ou verdadeiro-falso. A autora também aponta que as ideologias são articuladas pelas instituições e se expressam no nível individual.

É preciso ressaltar que nem todas as representações implicam necessariamente reprodução ideológica; esta se manifesta através de representações que o indivíduo elabora sobre homem, a sociedade, a realidade, ou seja, sobre aqueles aspectos da sua vida a que, explícita ou implicitamente, são atribuídos valores de certo errado, bom-mau, de verdadeiro-falso. No plano superestrutural a ideologia é articulada pelas instituições que respondem pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas; no plano individual, elas se reproduzem em função da história de vida e da inserção específica de cada indivíduo. Desta forma a análise da ideologia deve, necessariamente, considerar tanto o discurso onde são articuladas as representações, como as atividades desenvolvidas pelo indivíduo. A análise ideológica é fundamental para o conhecimento psicossocial pelo fato de ela determinar e ser determinada pelos comportamentos sociais do indivíduo e pela rede de relações sociais que, por sua vez, constituem o próprio indivíduo. (LANE, 1984a, p.41).

Lane (1984a) aponta, ainda, a importância da psicologia social considerar a questão da ideologia, especialmente se pretende evitar uma reprodução da ideologia dominante. Por isso, coloca como projeto a construção de uma psicologia social inserida historicamente e que assume conscientemente a defesa de interesses de classe. A categoria ideologia também seria uma categoria de análise importante na compreensão dos grupos e indivíduos.

A pesquisa em Psicologia Social, lidando com seres humanos, deverá ter sempre presente que o *papel* institucionalizado de pesquisador em nossa sociedade traz consigo o caráter de dominação e como tal reproduz a ideologia dominante; se não quisermos elaborar conhecimentos contaminados ideologicamente, este fato deve merecer uma atenção fundamental no planejamento de procedimentos, registros e análise de fato pesquisado. (LANE, 1984a, p.46-47).

A autora apresenta uma concepção materialista histórica e dialética, talvez de influência althusseriana. Em outro texto (LANE, 1984b), a concepção de ideologia aparece mais ou menos no mesmo sentido: como uma visão distorcida da realidade que serve para a manutenção e a defesa da classe dominante e sua existência é mediada pelas instituições que reproduzem a ideologia.

O ser humano traz consigo uma dimensão que não pode ser descartada, que é a sua condição social e histórica, sob o risco de termos uma visão distorcida (ideológica) de seu comportamento. (LANE, 1984b, p. 12)

Na medida em que o conhecimento positivista descrevia comportamentos restritos no espaço e no tempo, sem considerar a inter-relação infra e superestrutural, estes

comportamentos, mediados pelas instituições sociais, reproduziam a ideologia dominante, em termos de frequência observada, levando a considerá-los como “naturais” e, muitas vezes, “universais”. A ideologia, como produto histórico que se cristaliza nas instituições, traz consigo uma concepção de homem necessária para reproduzir relações sociais, que por sua vez são fundamentais para a manutenção das relações de produção da vida material da sociedade como tal. (LANE, 1984b, p.13).

Para que esta contradição não negue a todo momento a sociedade que se produz, é necessária a mediação ideológica, ou seja, valores, explicações tidas como verdadeiras que reproduzam as relações sociais necessárias para a manutenção das relações de produção. (LANE, 1984B, P.13).

O projeto de psicologia social da autora pretende ser contrário aos processos ideológicos dominantes. A autora discute a crise da psicologia social e a importância de uma concepção histórico e social de realidade que possibilite analisar criticamente a reprodução da ideologia dominante na psicologia, assim como o processo de conscientização na atividade da psicologia social (LANE, 1984b).

Já Patto (1984) define ideologia partindo da noção de inversão e falseamento da realidade produzido na sociedade de classes e, afirmando as concepções de Althusser, toma ideologia como processo geral na vida humana.

Entendemos por ideologia “linguagens e discursos que representam o real e que mantêm com seu objeto uma relação ilusória, inversora, antitética de desconhecimentos e uma relação perceptiva, reprodutora, tética, eficaz, de reconhecimento” (cf. Sastre, p.17), de onde se depreende que estes sistemas de representação não permitem uma relação de conhecimento com os objetos que representam. (PATTO, 1984, p.80).

Circunscreve o termo ideologia à designação das ideias que instrumentam a dominação e distingue essas “ideias ideológicas” de outras ideias, de outras formas de pensar que prefere chamar de ideário, conjunto de ideias, etc. É por isso também que ela não concorda com a expressão “ideologia dos dominados”. (PATTO, 1984, p.82).

Chauí denuncia a tendência a designar de ideológico todo e qualquer pensamento. Neste contexto, a palavra ideologia vai “perdendo seu sentido originário de lógica da ocultação do real para tornar-se sinônimo de conjunto de ideias, confundindo-se, portanto, com toda atividade de pensamento (p.15). (PATTO, 1984, p.83).

Aqui o termo ideologia refere-se as ideias que instrumentalizam a dominação e a autora distingue o que seriam as ideias ideológicas de outras ideias ou formas de pensar, chamadas de ideário. A autora apoia-se em Sartre, Marx, Althusser, Adorno, Horkheimer e Chauí. A relação entre a psicologia e ideologia que aparece no texto é a de enfatizar a necessidade de desvendar as ideologias presentes na psicologia. A autora aponta, ainda, que o fator que assegura unidade na psicologia é a sua função ideológica para a classe dominante.

O pretendemos aqui é sugerir uma outra possibilidade de abordagem crítica à psicologia científica, qual seja, a que configura uma tentativa de chegar à zona ideológica que

fundamenta o seu edifício, com vistas a questionar seu status de ciência e a buscar, sob sua aparente heterogeneidade ou diversidade teórica, uma unidade mais fundamental. (PATTO, 1984, p.78).

Hipótese que a psicologia possui uma unidade que, longe de ser de natureza científica, é uma unidade *ideológica*. (PATTO, 1984, p.78).

Nas ciências humanas o panorama parece muito diferente. Esta afirmação é particularmente adequada ao caso da psicologia, que, “longe de romper com a ideologia dominante, traz a esta última o apoio do seu aparato técnico e de seu arcabouço teórico” (idem, p.47), nasce profundamente comprometida com uma demanda social e uma determinação ideológica específicas. (PATTO, 1984, p.87).

Patto (1984) tangencia a discussão sobre decadência ideológica, ainda que não aborde essa discussão. Afirma que a psicologia nasce de necessidades geradas na sociedade industrial europeia do século XIX, contribuindo para o aumento da produtividade do trabalho e para a reprodução dos ideais burgueses. Após definir sua concepção de ideologia, Patto (1984) apresenta o caso da psicologia escolar como um campo que contribui para a manutenção da ordem. Para a autora, a ideologia dominante aparece na forma como a psicologia atua. Esta não passa de uma pseudociência que reafirma a ideologia dominante.

No artigo de Gil (1985) há uma pesquisa empírica realizada com psicólogos de diversas áreas na região de São Paulo. O autor não dá uma definição exata para ideologia, entretanto coloca que assumiu como marco teórico a obra de Gramsci.

O interesse na busca de respostas significativas a esse problema motivou a realização de uma pesquisa, que esclarecesse alguns pontos referentes ao trabalho e à ideologia do psicólogo. Esta pesquisa, tomando como marco teórico fundamental a idéia de Gramsci de que a burguesia, para exercer a coerção sobre outras classes sociais, necessita do apoio de grupos "auxiliares", procurou verificar em que medida o psicólogo pode ser identificado como participante desse grupo. Em outras palavras, procurou verificar se o psicólogo pode ser considerado um intelectual "orgânico", ou seja, um elemento que, mediante o desempenho de atividades intelectuais, ajuda a reforçar o poder da classe dominante. (GIL, 1985, p.13).

O questionário aplicado pelo autor explorou o que psicólogos pensam sobre a área e suas implicações ideológicas. Sobre esse segundo ponto, afirma que não conseguiu chegar em conclusões fechadas com as entrevistas. Segundo o autor, as respostas mais expressivas tratavam da ideologia política dos psicólogos revelando que não se pode falar em papel do psicólogo como intelectual orgânico. O autor não dá definições do que seria ideologia ou ideologia política, mas aparentemente este termo consideraria a oposição política entre capitalismo e socialismo.

Com relação aos sistemas políticos, a maioria dos psicólogos mostra alguma simpatia pelo socialismo e faz críticas ao capitalismo. Entretanto, cerca de um terço dos

pesquisados vê no capitalismo o regime que melhor garante as liberdades humanas e o socialismo como indesejável ou inviável. (GIL, 1985, p. 17)

Não deixa de ser interessante notar também que os que manifestam opiniões mais favoráveis à psicologia industrial são os mais críticos em relação ao capitalismo. Estes dados conduzem, portanto, à invalidação da hipótese que associa o trabalho profissional do psicólogo ao papel de intelectual orgânico. (GIL, 1985, p.17)

De maneira geral, todos os textos da década de 1980 apresentam concepções marxistas. As definições de ideologia são, predominantemente, devedoras de Althusser e Gramsci. Há grande ênfase na noção de instituições sociais como mediadoras da ideologia dominante. Também predomina a concepção de ideologia como inversão, erro ou falseamento da realidade instrumental para a manutenção da classe dominante. Mais da metade dos textos do período afirma a importância do estudo da ideologia para uma Psicologia Social que trate o ser humano como histórico e social e para se avançar na própria crítica à Psicologia. Dois dos textos (CHOMSKY, 1979; PATTO, 1984) abordam de forma mais enfática a importância de se questionar a função social das correntes teóricas da psicologia e sua ideologia.

### 3.2 Psicologia e Ideologia: a produção entre 2000-2009

Como indicativos da produção na primeira década do século XXI, encontramos oito artigos (GUARESCHI, 2000; SLOAN, 2002; XAVIER, 2002; AMATUZZI, 2003; FRANCO, 2004; CROCHÍK, 2007; CARRILO & RIVIERA, 2008; TASSARA & ARDANS, 2008). Todos são trabalhos teóricos, sete (GUARESCHI, 2000; XAVIER, 2002; AMATUZZI, 2003; FRANCO, 2004; CROCHÍK, 2007; CARRILO & RIVIERA, 2008; TASSARA & ARDANS, 2008) apresentam uma definição de ideologia, enquanto um (SLOAN, 2002) apenas deixam pistas sobre as suas concepções.

Guareschi (2000) apresenta um quadro com diferentes formas de se compreender o conceito de ideologia. Segundo o autor, as concepções podem ser diferenciadas por serem positivas ou negativas e por serem concebidas como portadoras de uma dimensão material concreta ou uma dimensão simbólica, dinâmica e prática. Após oferecer esse quadro explicativo, o autor afirma que parte da definição de John B. Thompson. Para este:

ideologia como uma prática, mas não uma prática qualquer; deve ser uma prática que serve para criar, ou manter, relações assimétricas, desiguais, injustas. E essa exatamente a definição de John B. THOMPSON (1995), que, no nosso modo de ver, é o autor que melhor trata a problemática da ideologia. Vamos nos deter especificamente nesse autor e nesse quadrante, daqui para a frente. (GUARESCHI, 2000, p. 42).

As principais questões tratadas no texto são sobre a diversidade das concepções de ideologia e, por isso, tenta clarificar as diferenças entre os múltiplos conceitos de ideologia. Um segundo tema tratado é a relação entre representações sociais e ideologia. O autor destaca a importância da categoria ideologia para uma análise crítica da teoria das representações sociais.

Importância prática de se empregar ideologia no sentido de uma prática negativa que serve para criar e manter relações assimétricas. Ideologia trabalha no sentido de produzir, reproduzir e transformar subjetividades. Nosso entendimento é de que, apesar de todas as críticas que se possa fazer ao conceito de ideologia, como seu privilegiamento das funções políticas dos sistemas simbólicos, em detrimento de sua estrutura lógica e das mediações psicológicas, ele ainda desempenha um papel definitivo e indispensável, principalmente para se compreender as dimensões éticas, valorativas e críticas, na esperança da emancipação dos seres humanos de condições de vida humilhantes. E nossa percepção que a dimensão valorativa, ética, jamais pode ser separada das ações, e por isso, de uma maneira ou outra, ela está presente tanto no processo de construção das RS, como em sua estrutura. Perder a dimensão de não-neutralidade dos processos e representações, é empobrecer e mistificar tanto a uns como outras. (GUARESCHI, 2000, p.45).

Já Sloan (2002) não apresenta definição explícitas do que entende por ideologia. O texto parece adotar o sentido de falsa consciência, pois discute como a classe média é menos capaz de ver como sofre a exploração e, assim, tem menos interesse em lutar por mudanças. Os processos ideológicos impedem o processo de libertação, mantendo as pessoas dentro dos limites impostos pelo capital. A tarefa seria realizar um processo de desideologização, tal como foi proposto e concebido por Martin-Baró.

Sloan (2002) utiliza os conceitos de ideologia e libertação para problematizar porque a classe média enfrenta mais dificuldades para se ver enquanto classe explorada. O autor enfatiza que psicólogos precisam ter consciência de aspectos ideológicos das suas próprias ideias e práticas. Assim, existiriam três tarefas principais: “1. Asumir la perspectiva del Pueblo, 2. Profundizar el conocimiento de su realidad, 3. Comprometerse críticamente en un proceso que de al pueblo el poder sobre su propia existencia y destino, es decir, autodeterminación.” (SLOAN, 2002, p. 13).

No trabalho de Xavier (2002), aparecem as concepções de Gramsci e, principalmente, Althusser. Entretanto, a autora coloca algumas ressalvas com relação às duas concepções. Segundo ela, qualquer conceito de ideologia é insuficiente para se analisar o campo das interações cotidianas e sociais. Por isso, ganha relevância o conceito de representações sociais.

Essa definição prévia do papel do “sujeito classe” na mudança social (perspectiva essencialista) e a força atribuída aos Aparelhos Ideológicos de Estado como instrumentos de classe (reprodução, em última instância, do determinismo econômico de Marx) são os principais alvos de críticas a Althusser. No entanto, são interessantes

suas indicações de como as ideologias particulares (ideologia no sentido político e hegemônico) podem se inscrever nas práticas e nos rituais cotidianos (ideologia em geral) e, nesse sentido, quais os mecanismos ideológicos que poderiam intervir nos processos de transformação, objetivação e ancoragem das representações sociais. (p33)

Para Gramsci, a ideologia está socialmente generalizada, pois os homens não podem agir sem regras de conduta, sem orientações; ela “é o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc” (GRAMSCI, 1978, p. 377). Mas ela é mais que um sistema de idéias; ela também está relacionada com a capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação (mais uma vez, seu caráter performativo). (XAVIER, 2002, p.34).

Ainda segundo a autora, a ideologia e as representações sociais giram em torno do campo da comunicação e da subjetividade, isto é, só existem no âmbito simbólico:

Articulando o conceito de representação com o sentido de “ideologia geral”, de Althusser, entendendo-as como matéria das práticas discursivas e articulatórias, e percebendo que sua transformação pode dar-se no plano das lutas hegemônicas travadas na esfera pública e na sua correlação com o mundo da vida. (XAVIER, 2002, 39).

A alternativa, portanto, é pensar nas representações sociais como matéria comunicativa do cotidiano (entendido de modo complexo: senso comum, ciência, meios de comunicação de massa), que assumem uma nova dimensão ao entrar no plano da esfera pública e da luta hegemônica. [...] Portanto, assim como no cotidiano, as representações teriam caráter performativo (orientação das ações e organização do real), ao entrarem no campo político esse caráter performativo assume o sentido althusseriano (repercussão na ação e no posicionamento dos sujeitos na organização social). (XAVIER, 2002, p.40).

Amatuzzi (2003) é o autor que mais se afasta das concepções de ideologias apresentadas nos textos apresentados anteriormente. O autor parte da fenomenologia para defender a tese de que fé e ideologia são dimensões complementares da existência humana. Fé é entendida como sentido do fim último desejado e ideologia é concebida como o meio, isto é, os valores usados para se caminhar até o fim último.

A fé se refere aquilo que efetivamente anima a vida de uma pessoa ou lhe dá um sentido, e a ideologia aquilo que a orienta na prática em suas decisões sociais e representa como uma estratégia para realizar aquele sentido. Só faço psicologia verdadeiramente humana se reconstruo essas relações, olhando seus dois pólos, e o significado que têm para a pessoa. (AMATUZZI, 2003, p.570.)

Juan Luis Segundo (1983, 1997), um teólogo latinoamericano, tem uma sugestão sobre a conceituação de fé e ideologia que pode ser bastante interessante para nós. Para ele, fé e ideologia são duas dimensões complementares da experiência humana. A primeira diz respeito à relação com o fim, e a segunda refere-se à ligação com os meios. (AMATUZZI. 2003, p.570).

As referências invocadas pelo autor são Juan Luis Segundo, Van der Leeuw e Martin Buber. Podemos afirmar que o autor parte de uma concepção subjetivista e idealista de ideologia que legitima sua defesa da reconexão do ser humano com a natureza como o próximo

passo para uma evolução da essência humana. A tarefa do psicólogo, para o autor, seria analisar as funções das ideias e da ideologia sem fazer um julgamento de valor sobre se elas são verdadeiras ou falsas.

Franco (2004) também trata da relação entre representações sociais e ideologia articulando os conceitos com o desenvolvimento da consciência. A ideologia é concebida como falsas ideias descoladas da realidade concreta ou, no máximo, verdades parciais. Suas referências principais são Chauí e Lefebvre. O texto também discute a importância da psicologia reconstruir o conceito de representações sociais utilizando conceitos como alienação, totalidade e contradição.

Da mesma forma que a criação de dispositivos legais, as teorias não acontecem por acaso. Não são produtos independentes e abstratos do pensador que as produziu. E isso nos leva a afirmar a indispensável necessidade de recuperar o concreto, de ultrapassar dialeticamente o caráter ideológico das ideias, dos conceitos e das representações, trabalhando com os conceitos de “totalidade”, “alienação” e “contradição”, com vistas a uma possibilidade de “reconstrução” das representações sociais. (FRANCO, 204, p.185)

Crochík (2007) reafirma a concepção de ideologia como inversão e falsificação da realidade. O autor apresenta a concepção de ideologia que Marx e Engels elaboraram em “Ideologia Alemã” e “O capital”, enfatizando o fetichismo da mercadoria e sua relação com a ideologia. Com o objetivo de pensar as relações entre razão, consciência e ideologia, o autor parte da teoria crítica da sociedade destacando ideias de Horkheimer, Adorno e Freud.

Com o surgimento da Psicanálise, as questões da consciência, da razão e da ideologia podem ser entendidas à luz de novos conceitos como os de inconsciente, pulsão, desejo [...] Mal-estar na civilização, Freud (1930/1986) mostra a relação entre necessidades psíquicas e a introjeção de conteúdos ideacionais, que poderíamos entender como uma forma de ideologia. [...] Indivíduos que não superaram suas necessidades infantis seriam mais susceptíveis a ideologias fascistas do que os que conseguiram superá-las. (CROCHÍK, 2007, P.180)

Assim, o amor ao objeto não pode prescindir da consciência da distinção entre esse amor e o sujeito, quer individual, quer coletivo; quando isso não ocorre, há o predomínio do sujeito que aniquila o que existe além dele, o que é base de toda ideologia. (CROCHÍK, 2007, p.187).

A ideologia que detém alguma racionalidade para ser criticada, segundo Horkheimer e Adorno (1956), só existiu no capitalismo concorrencial. Somente uma sociedade complexa traz a aparência socialmente necessária e o que ela oculta. Antes dessa forma de capitalismo e depois, a sociedade é suficientemente visível nas suas contradições. A ideologia liberal era falsa e verdadeira ao mesmo tempo: verdadeira por seu conteúdo e por tentar pensar para além do existente, e falsa justamente pela negação do que impede a sua realização. [...] ideologia atual, por sua vez, de uma forma geral, perdeu a sua racionalidade, constitui-se de mentiras manifestas, e assim sequer pode ser criticada. (CROCHÍK, 2007, p.188)

Já Carrilo e Rivera (2008) afirmam que os vínculos sociais e interações possibilitam que as pessoas entrem em contato com a carga ideológica que os objetos e as relações sociais carregam. Isso acontece porque os coletivos, quando se relacionam, geram interpretações sobre os acontecimentos.

Esto es, proponen una visión de mundo, una cultura, que son expresadas en todos los objetos que crean y que introducen a la esfera de las acciones sociales, a la comunicación. De este modo establecen nexos particulares entre los objetos y su significado, resignificando la práctica del sujeto. (CARRILO; RIVERA, 2008, p.37).

Para Carrilo e Rivera (2008) a criação da ideologia se dá no processo de comunicação social, isto é, faz parte de um processo social que lhe dá sentido e é compartilhada no processo de aprendizagem. As questões ideológicas giram em torno dos signos e significados dos objetos e das interações sociais. Para os autores o ser humano está cercado de objetivações ideológicas. Cosmologias, crenças e estados de espírito só se tornam realidade ideológica quando são expressos por meio de palavras, ações, vestimentas, comportamentos e organização dos homens e das coisas. Signos socialmente determinados, compartilhados e aprendidos constituem o material que possibilita a criação da ideologia, a qual, por sua vez, se propaga por meio da comunicação social.

Fundamentados em Bakhtin, os autores afirmam que ideologia não é um fenômeno subjetivo ou psíquico. O ideológico sempre se encontra entre indivíduos e o seu meio é a comunicação. Assim, ideologia está presente em ações, gestos e palavras que são sociais e não individuais. O trabalho apresenta dois campos para a ideologia. Primeiro, há a ideologia cotidiana, isto é, o conjunto de todas as experiências vivenciais e sensações que se expressam no cotidiano refletindo a realidade social objetiva. Em um segundo nível, a ideologia é considerada um sistema socialmente determinado de ideias e valores articulado com um tipo de consciência social e de classe.

No trabalho de Tassara e Ardans (2008), há a proposta de complementação entre as definições de ideologia de Marx e Foucault.

Esta dialética permite incorporar, na análise do problema em questão, tanto a posição marxista como a foucaultiana, e que diz respeito, ao mesmo tempo, aos véus (do objeto), que se interpõem entre o sujeito e o objeto do conhecimento como ato de dominação e as vendas (do sujeito) que se interpõem entre o sujeito e o objeto, vindas da formação da subjetividade na socialização, e que também dificultam o conhecimento. Em síntese, para nós, os problemas que a análise da ideologia obriga a enfrentar são, ao mesmo tempo, os dos véus (do objeto) e os das vendas (do sujeito). (TASSARA; ARDANS, 2008, n.p.).

O conceito de ideologia apresentado no texto, aparentemente parte de uma mistura entre a proposta de Foucault e a interpretação foucaultiana da concepção marxiana de ideologia resultando em uma concepção de ideologia como algo que impede uma visão desmistificada da realidade.

Logo, a relação entre ideologia, crítica e políticas públicas é uma relação de indissociabilidade, quando situada em um contexto social democrático, na medida em que a desnaturalização da ideologia, produzida pela crítica necessária, alimentará poeticamente as buscas de compreensão dos problemas de interação humana inerentes à vida social em cada instante de sua dinâmica, em um processo ininterrupto de aperfeiçoamento da mesma, rumo à utopia da democracia radical. (TASSARA; ARDANS, 2008, N.P.).

Quando as políticas públicas coincidem com a Política, no sentido aristotélico, a psicologia social é esse processo de desconstrução crítica e o conhecimento dele derivado sobre a vida social como um todo. (TASSARA; ARDANS, 2008, n.p.).

Para Tassara e Ardans (2008), a psicologia social seria um mecanismo crítico que possibilita o descortinamento da realidade social mistificada pela ideologia, contribuindo, assim, no processo de democratização da vida social.

Os artigos publicados na primeira década dos anos 2000, com algumas exceções (GUARESCHI, 2000; SLOAN, 2002; FRANCO, 2004), expressam uma perspectiva mais subjetivista de ideologia e sua relação com a psicologia. As concepções apresentadas localizam a ideologia no campo da linguagem e do simbólico. Parecem sair do terreno da objetividade material para compreender a ideologia. Sintomaticamente, três dos textos (GUARESCHI, 2000; XAVIER, 2002; FRANCO, 2004) apresentados articulam ideologia e representações sociais como conceitos complementares importantes para estudar ideias e valores do cotidiano. Aqui vemos traços do que discutimos no início desse trabalho acerca de teorias que defendem o “fim da ideologia” (EAGLETON, 1997; KONDER, 2002), que aqui aparecem com o afastamento do terreno da objetividade e suas contradições e na relação feita com outras teorias, como representações sociais, esvaziando a categoria ideologia.

Existe também um número maior de concepções teóricas utilizadas do que no período anterior e um ecletismo nas explicações. Nota-se aqui há mais textos que propõe superar a “insuficiência” da concepção marxista de ideologia, complementado suas definições com autores não marxistas. O que mostra um sinal do que já foi tematizado anteriormente de uma ofensiva capitalista, a necessidade de ideias que não tratem da objetividade material.

Outra coisa que aparece nos textos (SLOAN, 2002) é a proposta de “desideologização” ou desmistificação da ideologia na vida cotidiana e que isso pode ser tarefa para Psicologia, em especial a Psicologia Social.

### 3.3 Psicologia e Ideologia: a produção entre 2010-2019

No período da segunda década deste século, encontramos oito trabalhos teóricos (DE SOUSA, 2011; SILVA, 2015; EUZÉBIOS FILHO & GUZZO, 2015; MENDONÇA & GUZZO, 2016; EUZÉBIOS FILHO, 2016; GUERISCHI, 2016; MORAIS & LACERDA JR., 2019; PASSARINHO, 2019).

O artigo de De Sousa (2011) apresenta o conceito de Marx e Engels sobre ideologia como inversão, mas afirma que é necessário ampliar o significado de ideologia. Ideologias, no citado trabalho, são representações ligadas à imaginação, crenças e ideias sociais presentes em todos os tipos de sociedade.

Anterior a toda outra coisa, a ideologia assegura, por meio de representações imaginárias, crenças coletivas e certas ideias sociais, que todos os sistemas de sociedade, mesmo naqueles nos quais não há classes nem Estado, funcionem e durem como realidades que existiriam sem vestígios da ação humana, da cultura, da história. Resultado que a ideologia procura obter invertendo e ocultando o caráter de coisa construída, arbitrária e convencional de toda ordem social-cultural e suas instituições, e cujo efeito é a eficácia de sua dominação sobre os indivíduos, engendrada e reproduzida sem o recurso da força. Nesses termos, a ideologia constitui o modo de operar de toda cultura (enquanto sistema de sociedade), ao procurar naturalizar-se, universalizar-se e eternizar-se, e atua por meio dos discursos sociais (variando do mito ao discurso que se pretende científico) que oferecem os sentidos e as significações legitimadoras do que em cada cultura está instituído e aceito. A ideologia não se encontra em posição de exterioridade com respeito às relações de produção ou outros tipos de relações, ela não é “instância” da “superestrutura”, a ideologia age por todas as partes, possui um papel diretamente produtivo, ao constituir os indivíduos em sujeitos sociais de normas, valores, convenções morais, crenças, práticas. (DE SOUSA, 2011, p.210).

Ainda segundo a autora, a ideologia é um meio de entrada do indivíduo na cultura. É uma construção, compartilhada pela coletividade e que tem o poder de fazer ver e crer. Apoderando-se “dos indivíduos, torna-se a própria consciência social, o senso comum, de uma dada sociedade, de uma dada época, tornando-se igualmente práticas sociais, práticas de poder, práticas de sujeição, dominação” (DE SOUSA, 2011, p.214).

O texto utiliza diversos autores, com destaque para Thompson, Bourdieu, Foucault, Zizek, Deleuze e Guattari. Autores empregados para defender a ideia de que os movimentos de transgressão seriam os pontos de resistência às ideologias. As ideologias fracassam em certo ponto, possibilitando transgressões que rivalizam com elas.

Os indivíduos, embora sob o domínio do discurso ideológico, reinterpretam e ressignificam a realidade, tornam-se pontos de resistência às ideias e às instituições sociais dominantes que representam controle, sujeição, dominação, enquanto

realizadoras da moralidade aceita, de padrões culturais, estruturas sociais. (DE SOUSA, 2011, P.217)

As transgressões criativas não suprimem a ideologia, rivalizam com ela. Assim, diferentemente de descartar a análise da ideologia como válida, tratar-se-ia de demonstrar que ela não está só e que, em algum ponto, fracassa. O intento, todavia, não pode servir a negligenciar na análise a demonstração de sua força e seus modos de agir. Se as transgressões anunciam o fracasso da ideologia em algum ponto, não a tornam, contudo, um mero discurso sem efeito, “fraseologia oca”. (DE SOUSA, 2011, p.221)

Silva (2015) define a ideologia partindo das ideias de Marx, Engels e Lukács para destacar a importância de se compreender as ideologias e pensar as contradições dentro do próprio campo psicológico, pois a disciplina nasce historicamente como instrumento da ideologia dominante.

No presente trabalho, procura-se apropriar do conceito geral de ideologia desenvolvido por Marx e Engels (2012), reconhecendo não apenas a importância da compreensão das formas particulares assumidas por ela, mas, sobretudo, a compreensão do “como” isso se dá; “como” as ideologias são forjadas. Para isso recorre-se também a Lukács (2013a; 2013b) [...] Lukács (2013b) define que “a ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (p. 465), e que “desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos sociais do ser social” (p. 465). Para o autor, o conceito de ideologia está delimitado pelo debate de que a práxis social dá origem a uma série de complexos sociais que, por sua vez, têm a função de sistematizar os conhecimentos sobre a realidade em uma concepção de mundo que forneça, no limite, uma razão para a existência humana. (SILVA, 2015, p.41).

O trabalho pensa a ideologia dentro da psicologia, destacando que esta reproduz a ideologia dominante. O autor analisa como as Diretrizes Curriculares para Cursos de Psicologia se fundamentam em ideologias que expressam um posicionamento dentro da luta de classes. “Ao menos tempo, há indícios que as Diretrizes compõem cadeias de mediações, resultantes da práxis sociais dotadas de teleologia, que transparecem projetos políticos por vezes contraditórios” (SILVA, 2015, p.44).

Euzébio Filho e Guzzo (2015) partem de uma concepção marxista de ideologia para abordar os conceitos de consciência e consciência classe que dão suporte à categoria ideologia. Apontam que, apesar das divergências dentro do campo, existe um consenso de que a ideologia é fenômeno da sociedade de classes. Apresentam concepções de Lênin e Trotsky, entendendo a existência de uma ideologia do proletariado que se contrapõe à ideologia dominante.

Assim como Guareschi (2005), para nós, a ideologia dominante assume uma dimensão negativa, pois se revela em mecanismos simbólico-concretos de significação, que buscam negar e amenizar os conflitos de classe inerentes ao capitalismo. Por outro lado, a ideologia socialista, segundo Meszáros (2008), revela-se como alternativa à forma hegemônica de compreensão do fenômeno político como um dado natural. Em primeiro lugar, ela não dissocia a realidade econômica da política e vice e versa. Em segundo,

toma a tensão entre capital e trabalho como elemento fundante do modo de sociabilidade capitalista. Em terceiro, compreende este modo de sociabilidade, regido pela burguesia, como produtora de desigualdades sociais, exploração econômica e opressão social. (EUZÉBIOS FILHO; GUZZO, 2015, p.260).

Além de apontar a possibilidade de se tomar consciência de classe pela crítica da ideologia, os autores discutem o papel da psicologia e a impossibilidade de neutralidade, pois a psicologia “se constituiu, hegemonicamente, como uma ciência e profissão que tomam “para si” o modo de vida burguês e com base nele, agem sobre o indivíduo e a sociedade” (EUZÉBIOS FILHO; GUZZO, 2015, p.263). A psicologia moderna nasce da necessidade de fundamentar de forma científica e ideológica os problemas de ajustamento e exclusão social.

Mas, como todo complexo social específico, a Psicologia também tem uma autonomia relativa frente às estruturas econômicas da sociabilidade capitalista. Fato este que tem sido possível observar movimentos críticos operados por psicólogos que questionaram o *status quo* da Psicologia (por exemplo, Freitas, 1998; Guareschi, 2005; Martín-Baró, 1997; Montero, 2002; Parker, 2007; Pato, 1997; Prilleltensky, 1994; Silva, 2008 e outros) [...] Contudo, para Dimenstein (2000), Yamamoto, Câmara, Silva e Dantas (2001), o movimento operado pelas diferentes tendências críticas da Psicologia, não foram capazes de dirimir a hegemonia do modelo dominante, de forte ranço classificatório e excludente. (EUZÉBIOS FILHO; GUZZO, 2015, p.264).

Partindo de Martín-Baró, afirmam que o processo de conscientização não é descolado da realidade e é uma tarefa coletiva. Cabe ao psicólogo se posicionar politicamente, pois não está alheio à realidade: “Este profissional, tomando, portanto, como pressuposto a Psicologia classista, ao reconhecer as contradições do capital, busca elaborar, no plano da teoria e da prática, ações que favoreçam um processo de tomada de consciência de classe “para si”” (EUZÉBIOS FILHO; GUZZO, 2015, p. 266).

Em sentido semelhante, o trabalho de Mendonça, Souza e Guzzo (2016) discute o conceito de ideologia formulado por Martín-Baró. Os autores afirmam que o autor parte de uma concepção histórico e dialética e oferece duas explicações para ideologia:

Martín-Baró compreende que, em termos muito gerais, existem duas definições diferentes de ideologia, uma funcionalista e outra marxista. Para o autor (Martín-Baró, 2012:17), “A concepção funcionalista entende ideologia como um conjunto coerente de ideias e valores que orienta e dirige uma determinada sociedade e, portanto, que cumpre uma função normativa a respeito da ação dos membros dessa sociedade”. Por outro lado, a “concepção marxista (que tem suas raízes em Maquiavel e Hegel) entende a ideologia como uma falsa consciência em que se apresenta uma imagem que não corresponde à realidade. (MENDONÇA; SOUZA; GUZZO, 2016, p.26).

Desse modo, a ideologia, afirma Martín-Baró (2012:18), cumpre um conjunto de funções, que seriam: “oferecer uma interpretação da realidade, subministrar esquemas práticos de ação, justificar a ordem social existente, legitimar essa ordem como válida para todos, quer dizer, dar categoria de natural ao que é simplesmente histórico, exercer na prática a relação de domínio existente e reproduzir o sistema social estabelecido”

[...] Discriminar a função ideológica das ações envolve revelar razões e formas de ser que se mostram a partir dos interesses e valores sociais dominantes e da reprodução do sistema estabelecido. Em contrapartida, tomar consciência da função ideológica é localizar cada processo psicológico na totalidade dos processos sociais, superando compreensões apenas parciais. Isso sustenta a afirmação de que o indivíduo não se reduz à ideologia, pois pode superá-la mediante a tomada de consciência. (MENDONÇA; SOUZA; GUZZO, 2016, p.26-27).

Neste sentido, visão de mundo e consciência falsa são processos relacionados, mas não idênticos e este é um dos pontos centrais da perspectiva de Martín-Baró sobre a ideologia. O objetivo da crítica da ideologia por Martín-Baró é fazer com que o sujeito tome consciência de classe, superando a falsa consciência que é sustentada pela ideologia. Mendonça, Souza e Guzzo (2016), afirmam que o processo de conscientização é fundamental para o processo de transformação da realidade: “na medida em que se transformam as relações dos sujeitos com o mundo, também se modificam as formas de compreender a realidade, assim entende a práxis (MENDONÇA; SOUZA; GUZZO, 2016, p.30).

Euzébios Filho (2016), em outro trabalho, parte do materialismo histórico e dialético para identificar algumas características ideológicas dos programas de transferência de renda. O autor compreende a ideologia como um processo social, complexo e contraditório, presente em várias dimensões da sociabilidade que serve para minimizar os conflitos de classe e naturalizar as diferenças sociais.

Nessa perspectiva, a ideologia não é compreendida como simples contraponto ao que Marx denominou como consciência de classe “para si”. Trata-se de um conjunto de processos sociais, simbólicos e afetivos, dinâmicos e contraditórios, que não favorecem processos de tomada de consciência de classe (Iasi, 2007). Dito isso, consideramos adequada a caracterização de ideologia como falseamento da realidade, como faz Martín-Baró (1997), porém, aceitamos as ponderações de Eagleton (1997), que considera a ideologia como fenômeno contraditório, com sustentação concreta na realidade que ela mesma quer esconder. Também é preciso sublinhar que a ideologia não está alheia às apropriações “para si”, isto é, são particularmente subjetivadas e podem, assim, ser atualizadas e personalizadas, assumindo diferentes formas em diferentes contextos. Nota-se, portanto que a ideologia, como a consciência, são fenômenos que se manifestam dialeticamente, de maneira dinâmica e contraditória (EUZÉBIOS FILHO, 2016, p.262).

Para o autor, os programas de transferência de renda são uma estratégia criada no neoliberalismo como mecanismo de gerir a pobreza. “Nota-se, então, que a onda neoliberal conseguiu, com certo sucesso, desqualificar conceitos estruturais como classes sociais, ideologia ou mesmo consciência de classe” (EUZÉBIOS FILHO, 2016, p.259). Assim, o período de governos que possibilitaram alguns direitos e programas sociais também foi marcado por esmaecimento das lutas de classe e pela despolitização no tratamento da “questão social”.

“Consideramos que os programas acirram uma confusão ideológica entre o que pode ser considerado direito e favor. Quem garante o direito é o Estado, mas quem presta ajuda é o indivíduo, o governante” (EUZÉBIOS FILHO, 2016, p.263). Essa é uma das funções ideologizantes dos programas sociais de transferência de renda. Nota-se que o autor analisa a função e os desdobramentos dos programas sociais, ao invés de só apontar se são ideias verdadeiras ou falsas.

Os programas de transferência de renda não são ideológicos por si mesmos. [...] Todavia, a superação da pobreza só é possível se for dado um primeiro passo, que não será executado pela burguesia: reconhecer a falha (ou falsa?) tentativa de o capital superar as mazelas produzidas pelo próprio capitalismo. (EUZÉBIOS FILHO, 2016, p.264).

Guareschi, Roso e Amon (2016) descrevem o caminho que a categoria ideologia percorreu ao longo tempo, caracterizado pela existência de diversas explicações. Adotam o conceito de ideologia de Thompson, para afirmar que a ideologia abarca formas simbólicas utilizadas para produzir e reproduzir relações de dominação. Os autores argumentam que esta definição apresenta uma abordagem crítica que permite revitalizar a categoria ideologia.

Para Thompson (1995), “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (p. 76). Compreende que um fenômeno simbólico (ou forma simbólica) não é, necessariamente, ideológico; ele é ideológico quando serve, em determinadas circunstâncias sócio-históricas, para criar ativamente, manter e reproduzir relações de dominação. À análise ideológica cabe, deste modo, averiguar caso a caso como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas pelas pessoas em contextos determinados. (GUARESCHI; ROSO; AMON, 2016, p.556).

Os autores também discutem a importância da categoria ideologia para uma Psicologia Social Crítica e articulam o conceito com a teoria das representações sociais. Por fim, apresentam o resultado de um levantamento bibliográfico sobre a categoria ideologia em artigos publicados na revista “Psicologia & Sociedade”, buscando identificar como e com que frequência o termo foi usado.

Creemos que tal realidade que vivemos neste momento no Brasil comprova a importância do estudo da ideologia, dentro da Psicologia Social, ainda mais considerando que apenas uma pequena parcela dos artigos levantados na revista *Psicologia & Sociedade* estabelece relações diretas entre Psicologia e ideologia. Acreditamos que ideologia, como categoria de análise, poderá ampliar as possibilidades de compreender os mecanismos do uso da “corrupção” como forma simbólica passível de ser manipulada, contribuindo para construir e garantir mais democracia e justiça. (GUARESCHI; ROSO; AMON, 2016, p.559).

Morais e Lacerda Jr. (2019), a partir de concepção marxistas de Lukács, não apresentam uma definição específica da categoria ideologia, mas descrevem o processo de transformações no capitalismo como base para construção da psicologia. Esta, segundo os autores, é produto de uma realidade social determinada.

Enfatiza o processo de reificação das relações sociais, abordando como esse fenômeno é apreendido sob a forma científica da Psicologia e suas implicações ideológicas. Pretende-se indicar como as mudanças socioeconômicas no capitalismo introduziram transformações na sensibilidade humana, consolidando um novo tipo de subjetividade mediada pela forma da propriedade privada (MORAIS; LACERDA JR., 2019. p.164).

Os autores ainda apontam que a função ideológica da psicologia seria a de desviar o foco de análise e naturalizar a subjetividade ao concebê-la de maneira a priori. Argumentam que uma psicologia que, de fato, pretenda conhecer as forças subjetivas humanas não pode prescindir de uma análise do desenvolvimento histórico do indivíduo enquanto ser constituído em um processo histórico de evolução das forças produtivas.

Os autores trabalham com a categoria decadência ideológica, a qual, aparece intimamente ligada com o desenvolvimento da psicologia e o seu papel reprodutor da ideologia da classe dominante.

Sem a intensa individualização da vasta e genérica experiência humana provocada pela nova formação social capitalista não seria possível a existência de uma disciplina científica como a psicologia. Tal existência só se tornou viável porque a psicologia expressava a imagem ideológica de homem experimentada no cotidiano. A existência social concreta e seus resultados estranhados, eram por assim dizer, psicologizados na medida em que os processos mentais foram filtrados e redefinidos pelas categorias psicológicas e vendidos para a sociedade sob a roupagem da prática científica. (MORAIS; LACERDA JR, 2019, p.178-179).

Concluem que a psicologia não tem seu nascimento vinculado a uma necessidade de se compreender a existência e a subjetividade do ser humana, mas da necessidade de conferir valor absoluto e universalizar uma forma específica de individualidade na história (MORAIS; LACERDA JR., 2019).

Por fim, Passarinho (2019) discute a importância da categoria ideologia no campo da Atenção Psicossocial e das lutas no campo da Saúde Mental. Para realizar a discussão, se apoia nos conceitos de Marx, Engels, Althusser e Zizek e apresenta a ideologia como uma tríade formada por crenças, doutrinas e rituais. Tal concepção guia uma análise das intuições ligadas à saúde mental e dos manuais, como o DSM-5, que norteiam saberes e práticas nas citadas intuições.

Assim, estamos de acordo com Benelli (2006) quando afirma que “o projeto psiquiátrico pode ser entendido como parte de uma estratégia global de controle e manutenção da atual ordem social” (p. 31). Tentaremos, no decorrer deste texto, e nos valendo especialmente da categoria de ideologia, evidenciar como isso acontece. (PASSARINHO, 2019. p.143).

Assim, a ideologia enquanto doutrina seriam os sistemas de ideias voltados à legitimação de uma ordem de dominação social; enquanto ritual seriam os AIE, conforme postulados por Althusser (1996), isto é, as práticas concretas das instituições que materializam a ideologia em ato; e a ideologia enquanto crença seriam suas manifestações aparentemente ‘espontâneas’, que ‘surtem’ como que naturalmente na mente das pessoas, dando a aparência de autonomia de pensamento aos indivíduos e neutralizando sua historicidade. (PASSARINHO, 2019. p.153).

Entenderemos que a ideologia enquanto crença é um tipo de subjetivação, chamada capitalística (Guatarri & Rolnik, 1986; Costa-Rosa, 2013b), que é formalizada e justificada racionalmente pelas produções científicas (doutrinas) e (re)atualizada ou confirmada em ato pelas práticas institucionais (rituais), formando uma tríade indissociável e fundamental para a manutenção e a funcionalidade das relações de exploração intrínsecas ao Modo Capitalista de Produção. (PASSARINHO, 2019. p.153-154).

O trabalho se apoia, principalmente, na noção zizekiana da ideologia e defende que a crítica ideológica é uma arma indispensável para atuar nas brechas institucionais: “enquanto isso, persistimos resistindo, atitude fundamental em todas as formas de luta, sobretudo em tempos sombrios como o nosso (PASSARINHO, 2019. p.156).

Dos oito textos analisados neste período, seis (SILVA, 2015; EUZÉBIOS FILHO & GUZZO, 2015; MENDONÇA & GUZZO, 2016; EUZÉBIOS FILHO, 2016; GUARESCHI, 2016; MORAIS E LACERDA JR., 2019) apresentam alguma vinculação teórica com o materialismo histórico e dialético ou posição anticapitalista. Os autores citados foram: Thompson, Lukács, Marx, Lênin, Trotsky, Martin-Baró, Althusser, Zizek. Um artigo específico (DE SOUSA, 2011) apresentou uma leitura mais eclética (Thompson, Bourdieu, Foucault, Zizek, Deleuze e Guattari) acerca da categoria ideologia.

Mais da metade dos trabalhos apresenta uma definição direta da categoria ideologia. Contudo, mesmo os trabalhos que não apresentam definições explícitas, indicam pistas para se identificar as bases das concepções que os orientam.

As relações elaboradas entre a psicologia e ideologia, apresentam como teor principal a ênfase na importância da categoria para críticas dentro do campo psicológico, principalmente na Psicologia Social e para tecer críticas à psicologia como um campo que reproduz a ideologia dominante ou que atua como ideologia em favor da classe dominante. Há uma forte ênfase com relação ao processo de conscientização e o papel da psicologia nisso e também vemos um crescimento de concepções ligadas à psicanálise (mais forte que nos outros dois períodos).

### 3.4 Ideologia e Psicologia: algumas considerações

É importante reafirmar quantidade pequena de artigos que discutem a categoria ideologia em articulação com a Psicologia. Não existe um conjunto homogêneo ou um grupo consolidado de autores que trata do tema no Brasil. Na verdade, os textos encontrados, de forma geral são bastante heterogêneos e tratam de formas isoladas acerca da questão. Há exceções. Guareschi, Lane e Euzébios Filho trataram da ideologia de forma mais contínua em suas publicações.

As três questões principais que nos propomos investigar neste levantamento foram: 1) como a categoria ideologia é definida; 2) quais as concepções e autores utilizados; 3) qual a relação entre psicologia e ideologia que os textos propõem.

Com relação às definições propostas, não é possível traçar uma linha homogênea, pois há diversos autores e concepções. Todavia, é possível afirmar que os textos do período da década de 1980, apresentam mais homogeneidade nas definições utilizadas, com o predomínio de Althusser e Gramsci e da ideia de que as instituições sociais são as grandes mediadoras da ideologia dominante. Além disso, a ideologia tende a ser concebida como inversão, erro ou falseamento da realidade em favor da manutenção da classe dominante.

Os textos publicados entre os anos 2000-2019 apresentam uma diversidade maior de concepções e autores. A concepção de Marx e Engels aparece de alguma maneira, entretanto é acompanhada por trabalhos de diversos autores: ora para reforçar suas ideias e avançar, ora para refutar ou superar insuficiências.

Na primeira década do século XXI, pudemos notar concepções mais subjetivistas e psicologizantes que tratam a ideologia com ênfase na linguagem, nos símbolos ou outros fenômenos psíquicos. São trabalhos que tendem a se deslocar do âmbito da materialidade e dos nexos históricos da realidade. Um ponto interessante com relação aos textos entre os anos 2000 e 2010, é possibilidade de se visualizar aí processo destacado por Eagleton (1997) e Konder (2002) de ideologia do “fim da ideologia” no próprio campo da psicologia, que aparece aqui por meio desse afastamento da objetividade e voltar, assim, o conceito de ideologia para concepções subjetivistas ou ainda a necessidade de associar ou substituir a categoria por noções relacionadas as representações sociais, como vimos nos textos desse período.

Já na maioria dos textos da segunda década do século XXI (SILVA, 2015; EUZÉBIOS FILHO & GUZZO, 2015; MENDONÇA, SOUZA & GUZZO, 2016; EUZÉBIOS FILHO, 2016; MORAIS & LACERDA JR. 2019), há uma tentativa de retomar a discussão da ideologia partindo da realidade social e levando em conta a historicidade da realidade material. O que

pode indicar, uma aceitação maior do conceito de ideologia fora do marxismo na primeira década do século XXI, enquanto já nesse último período analisado só marxistas estão estudando ideologia.

De maneira geral, a definição mais recorrente de ideologia nos 22 textos é de ideologia como falsa consciência e como processo que atua em favor da classe dominante. A discussão da ideologia em sentido negativo e positivo está presente em quase todos os textos apresentados, sendo que a maioria coloca a ideologia em sentido negativo, isto é, trata a ideologia como um falseamento ou inversão da realidade.

Com relação aos nexos entre psicologia e ideologia, os textos tratam da importância de estudar da categoria ideologia para criar uma Psicologia Social Crítica ou para estudar criticamente processos sociais e grupais. Porém, são poucos os textos que tratam da ideologia para criticar a própria psicologia.

Podemos notar esse movimento de crítica da própria psicologia no texto de Patto (1984), quem analisou como a psicologia é atravessada por processos ideológicos e atuando desde a perspectiva da classe dominante na sociedade burguesa. Em Chomsky (1979) também há a crítica ideológica de uma vertente específica da psicologia (behaviorismo).

A crítica à própria psicologia como disciplina que reproduz a ideologia dominante aparece mais nos textos publicados entre 2015 e 2019. São trabalhos que tratam da função ideológica da psicologia como ciência que serve de apoio à burguesia, afirmando a sociedade burguesa como natural ou eterna (EUZÉBIOS FILHO & GUZZO, 2015; MORAIS & LACERDA JR., 2019). Problematizam, ainda, o processo de decadência ideológica e a relação íntima da psicologia com a ideologia dominante, o que não é trabalhado na maioria dos textos das duas décadas anteriores.

Concluindo, apesar de ter analisado parte pequena da produção, nota-se que na última década há tentativa de alguns autores de abordarem a relação entre psicologia e ideologia de forma mais crítica e retomando concepções que levam em conta a historicidade de processos sociais da realidade de classes. Isto parece-nos um passo importante, no sentido de avançar no entendimento da psicologia como fruto das necessidades de uma classe específica (LACERDA JR., 2010, PARKER, 2014) e, como aponta Patto (1984), que apresenta como ponto comum não a sua epistemologia, mas a unidade ideológica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou discutir como a psicologia tratou a categoria ideologia, entendendo como uma categoria central na vida humana. Para tanto, percorremos dois caminhos: a história do desenvolvimento da ideologia como categoria; a análise do processo de decadência ideológica como fator decisivo para o surgimento da psicologia; finalmente, analisamos 22 trabalhos que tratam da relação ideologia e psicologia.

A princípio buscamos evidenciar a trajetória do conceito de ideologia que entra no vocabulário científico a partir de De Tracy e seu grupo de ideólogos, quem a entendia como uma disciplina científica que investigaria a formação das ideias. Contudo, a ideologia sofreu transformações ao longo do tempo e diversos autores ofereceram interpretações diversas sobre a categoria. A concepção de maior influência é a de Marx e Engels, em especial a leitura de sua obra que concebe a ideologia como uma inversão da realidade. Após Marx, pensadores do campo marxistas partiram dessa concepção, seja para ampliá-la, seja para abandoná-la (EAGLETON, 1997; KONDER, 2002).

Em seguida, discutimos o processo de decadência ideológica categoria essencial para se abordar o surgimento da psicologia enquanto ciência moderna. Momento histórico que apresenta o processo de virada da classe burguesa, que a partir dos conflitos de 1948, passa de classe revolucionária para classe dominante e abandona qualquer tipo de aliança com a classe trabalhadora. Esse movimento não acontece de forma consciente ou como uma proposição surgida da consciência burguesa, mas como processo que se dá pelo desencadeamento de mudanças na realidade material, isto é, mudanças econômicas, políticas, sociais e subjetivas. Desse processo, o pensamento burguês é marcado não mais pela necessidade de se conhecer a realidade, mas sim de manter a ordem. Tal pensamento decadente é marcado por posturas irracionistas e agnósticas (LUKÁCS, 1968/2010; COUTINHO 1972/2010; LARA, 2013).

A psicologia nasce respondendo às necessidades da burguesia em seu período de decadência ideológica. Isto permite entender porque a Psicologia é atravessada por mecanismos ideológicos de controle e docilização da classe trabalhadora. Assim, a psicologia nasce não de um sistema filosófico anterior da antiguidade, como é apresentado por alguns manuais. Mas sim, do próprio desenvolvimento capitalista, conservando e reproduzindo o que existe de pior na história daquele: individualismo e normalização de comportamentos e regras sobre o que o mundo e o indivíduo deveriam ser. A psicologia não trata apenas de indivíduos, mas é uma maneira de teorizar e controlar as relações sociais colocando o indivíduo no centro e o fragmentando em partes mensuráveis (LACERDA JR., 2010; PARKER, 2014).

Finalmente, tendo conhecido o processo de surgimento da categoria ideologia e apontando a relação da psicologia com a decadência ideológica, partimos para a análise de 22 textos sobre ideologia e psicologia.

De maneira geral, predomina a concepção de ideologia como inversão ou falseamento da realidade que favorece a classe dominante. No entanto, há alguns autores que tratam a ideologia de forma mais ampliada. Também destacamos a presença da defesa da ideologia do “fim da ideologia” na psicologia nos textos principalmente da primeira década deste século.

A ideologia aparece em vários textos como uma categoria importante para auxiliar as análises de grupos e objetos específicos dentro da psicologia. Entretanto, alguns textos, publicados principalmente na última década do século XXI (SILVA, 2015; EUZÉBIOS FILHO & GUZZO, 2015; MORAIS & LACERDA Jr, 2019) buscam a crítica ideológica da própria Psicologia, reconhecendo sua função social apologética da sociedade burguesa.

A análise dos textos levantados não finda com a proposições apresentadas neste trabalho, marcado pelo limite do tempo e pela dificuldade que a própria pesquisa encerra. Por isso, não foi possível aprofundar certas questões e deixou de lado tantas outras.

Porém, é interessante notar que este trabalho aponta para a retomada, por um pequeno núcleo, de categorias ontológicas no campo psicologia para criticar a psicologia e colocar em xeque as produções da área. Apesar de ser movimento ainda pequeno, pensamos ser algo importante na luta contra as posições individualistas e apologéticas que dominam a área por mostrar outras possibilidades de pensar a história e a sociabilidade humana. Trata-se de caminho importante diante da realidade de profundo obscurantismo e irracionalismo que vivemos nos dias atuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATUZZI, M. M. Fé e Ideologia na compreensão psicológica da pessoa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 569-575, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a15.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2021.

CARLI, R. O conceito de Ideologia no último Lukács. **Novos Rumos**, v. 22, n. 47, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2104>>. Acesso em: 20 Jan. 2021.

CARRILO, E. R.; RIVERA, L. B. E. R. La ideología y la transformación del sujeto. **Univ. Psychol**, Bogotá, v. 7, n. 1, p. 33-41, 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1657-92672008000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-92672008000100004)>. Acesso em: 02 maio 2021.

COSTA, G. M. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Revista Urutágua**, Maringá, v. 9, p. 1-13, 2006. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.htm#:~:text=Na%20sua%20acep%C3%A7%C3%A3o%20mais%20ampla,e%20operacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20pr%C3%A1tica%20humana.&text=A%20concep%C3%A7%C3%A3o%20ontol%C3%B3gica%20de%20ideologia,o%20conjunto%20das%20atividades%20>>. Acesso em: 20 Jan.2021.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2°. ed. São Paulo: Expressão Popular, 1972/2010.

CROCHÍK, L. Razão, consciência e ideologia: algumas notas. **Estilos da Clínica**, v. XII, n. 22, p. 176-195, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/46024#:~:text=Nele%20ser%C3%A3o%20des%20rela%C3%A7%C3%B5es%20entre,conforme%20s%C3%A3o%20compreendidos%20pela%20psican%C3%A1lise.>>>. Acesso em: 02 maio 2021.

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. Tradução de Luís Carlos Borges Silvana Vieira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

EUZÉBIOS FILHO, A. ; GUZZO, L. psicologia e consciência de classe “para-si”: ações e desafios na direção da mudança social. **Psicologia Política**, v. 15, n. 33, p. 255-268, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v15n33/v15n33a02.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2021.

EUZÉBIOS FILHO, A. Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 257-266, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n2/1807-0310-psoc-28-02-00257.pdf>>.

FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 169-186, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/Lng4HFC8fGVLmWxzDrTWCCs/?lang=pt>>. Acesso em: 05 maio 2021.

GIL, A. C. O psicólogo e sua ideologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 5, n. 1, 1985.

GUARESCHI, A.; ROSO, A.; AMON, D. A atualidade das teorias críticas e a revitalização da categoria analítica “ideologia” na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 552-561, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n3/1807-0310-psoc-28-03-00552.pdf>>.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais e ideologia. **Revista de ciências humanas**, Florianópolis, v. Edição Especial temática, p. 33-46, 2000. Acesso em: 20 abr. 2021.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. [S.l.]: Companhia das Letras, 2002.

LACERDA JR, F. **Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi**. (Tese de doutorado). Campinas: PUC-Campinas, 2010. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/422>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

LACERDA JR, F. Condições para a construção de uma psicologia crítica: autonomia, aliança e insurgência. In: Evento de método e metodologia histórico dialético e psicologia Histórico-cultural Universidade Estadual de Maringá, II., 2013, Maringá. **Anais**. Maringá, 2013, p. 1-16.

LACERDA JR, F. Articulações entre Psicologia e marxismo na história: notas introdutórias. In: BORZAK, C. S.; SOUZA, T. M. C.; CASSOLI, T. **Psicologia e Processos psicossociais: teoria e pesquisa**. Curitiba: CRV, 2018. p. 33-54.

LANE, S. T. M. Consciência/alienação a ideologia no nível individual. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia Social: o homem em movimento**. [S.l.]: Editora Brasiliense., 1984a. p. 40-48.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M. A.; CODO, W. **Psicologia Social: o homem em movimento**. [S.l.]: Editora Brasiliense, 1984b. p. 10-19.

LARA, R. Notas lukaesianas sobre a decadência ideológica burguesa. **R. Katál**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a10.pdf>>.

LARRAIN, J. Ideologia. In: BOTTOMORE, **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

LESSA, S. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. 3°. ed. [S.l.]: Editora Unijuí, 2012.

LOWY, M. **Método dialético e teoria política**. Tradução de Reginaldo Di Pietro. 2°. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2°. ed. São Paulo: Expressão popular, 1968/2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. 1°. ed. São Paulo: Boitempo, 1976/2013.

MENDONÇA, G. S.; SOUZA, V. L. T.; GUZZO, R. S. L. O conceito de Ideologia na Psicologia Social de Martín-Baró. **Psicologia Política**, v. 16, n. 35, p. 17-33, 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2016000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000100002)>. Acesso em: 05 maio 2021.

MORAIS, A. R.; LACERDA JR, F. Ideologia, individualismo e psicologia: o modo de produção capitalista e a experiência subjetiva. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 12, p. 163-184, 2019. Disponível em: <<http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/241>>. Acesso em: 20 maio 2021.

NETTO, J. P. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

NETTO, J. P. Aula 3 DVD 1 Curso o método em Marx com José Paulo Netto. 2002. (1h16min54s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hqXgrYQvQuU&t=9s>. Acessos em: 11 mar. 2021.

PARKER, I. **Revolução na psicologia: da alienação à emancipação**. 1°. ed. Campinas: Alínea, 2014.

PASSARINHO, J. G. N. A pertinência da categoria de ideologia na perspectiva da luta paradigmática em Saúde Mental: traçando novas possibilidades de trabalho. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, 2019. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1984-90442019000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-90442019000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 maio 2021.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SILVA, D. O. **Formação, Ideologia e Emancipação: nexos com as Diretrizes Curriculares (2004 e 2011) para os cursos de graduação em Psicologia**. (Dissertação de mestrado acadêmico). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2015.

SLOAN, T. Ideología y liberación Aspectos psicosociales. **Revista mal-estar e subjetividade, fortaleza**, v. II, n. 1, p. 9 - 16, MAR 2002. Acesso em: 01 maio 2021.

SLOAN, T. Ideología y Liberación. Aspectos psicosociales. **Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza**, v. 2, n. 1, p. 9-16, 2002. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482002000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482002000100002)>.

SOARES, J. C. **Psicologia social e ideologia: a inserção de um novo/velho conceito e suas consequências para análise dos fenômenos psico-sociais**. (Dissertação de mestrado). Centro de pós graduação em psicologia Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9618/000015234.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 maio 2021.

SOUSA FILHO, A. Ideologia e Transgressão. **Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 207-224., 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2011000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2011000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 maio 2021.

TASSARA, E. T. D. O.; ARDANS, O. A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas? Reflexões a partir da psicologia social. **Psicologia Política**, v. 14, n. 7, 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2007000200008#:~:text=Logo%2C%20a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20ideologia,dos%20problemas%20de%20intera%C3%A7%C3%A3o%20humana](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200008#:~:text=Logo%2C%20a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20ideologia,dos%20problemas%20de%20intera%C3%A7%C3%A3o%20humana)>. Acesso em: 15 maio 2021.

VAISMAN, E. Ideologia e sua determinação ontológica. **Ensaio**, São Paulo, n. 17/18, 1989. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.49365995032122.pdf>>.

XAVIER, R. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? **Psicologia e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 18-47, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/Hpx9ZkGDPskYjtfGSN8C9mg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 maio 2021.

YAMAMOTO, O. H. **A crise e as alternativas da psicologia**. São Paulo: EDICON, 1987.